



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

Visando a comunicação futura entre este Município e sua empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de retirada do Edital e que seja o mesmo enviado a Comissão Permanente de Licitação, por meio do e-mail [licitacao@patos.pb.gov.br](mailto:licitacao@patos.pb.gov.br).

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Patos - PB, da responsabilidade da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

## RECIBO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 025/2018  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 04.009/2018  
DO TIPO: MENOR PREÇO

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia especializada para execução referente à Obra de Conclusão de uma Creche Proinfância - Tipo B, localizada no Loteamento Geralda Medeiros - Patos / PB.

Empresa:	CNPJ:
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Fone:	E-mail:
Nome (Por Extenso):	
RG:	Data:
_____ Assinatura (Representante Legal)	



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 025/2018  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 04.009/2018  
DO TIPO: MENOR PREÇO

DATA DA REALIZAÇÃO: 06/08/2018.  
HORÁRIO: a partir das 08:30 horas.

1 - PREÂMBULO

O Município de Patos, com sede na Rua Epitácio Pessoa, 91, Centro, Patos - PB, CEP: 58.700-020, vem por meio da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada pela Portaria n.º 001/2018, tornar público aos interessados que se acha aberta, nesta unidade, licitação pública na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, a qual que será regida pela:

- a) Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;
- b) Lei Complementar n.º 123/20016;
- c) Demais normas regulamentares aplicáveis à espécie; e
- d) Demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

A sessão de processamento da TOMADA DE PREÇOS, será realizada na SALA da Comissão Permanente de Licitação - CPL, sito no Centro Administrativo Aderbal Martins, Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte, (1.º Andar) - Patos/PB, com início no dia 06 de Agosto de 2018, a partir das 08:30 horas, quando deverão ser apresentados, no início, os documentos exigidos neste Edital.

Caso não ocorra expediente no dia marcado para abertura da supracitada sessão, a mesma será remarcada automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente.

No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) Adiada sua abertura; e
- b) Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para realização da licitação.

Os serviços ora licitados objetivam atender à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, devidamente autorizados pelo Prefeito Constitucional deste município, o Senhor Dinaldo Medeiros Wanderley Filho, e serão contratados sob a forma de execução indireta e no regime de **"EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL"**, através do tipo de licitação **"MENOR PREÇO"**.

O aviso do Edital desta Licitação, será publicado no Diário Oficial do Município de Patos - PB, Diário Oficial do Estado da Paraíba, Jornal de Grande Circulação e Diário Oficial da União.

2 - DO OBJETO, VALOR, PRAZO, CAPITAL SOCIAL E NORMAS

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a execução dos serviços de Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de Empreita Global para executar a Obra de Conclusão de uma Creche Proinfância - Tipo B, localizada no Loteamento Geralda Medeiros - Patos / PB, conforme os Memoriais, Planilhas e Projetos anexo, com valor estimado em R\$ 284.179,78 (Duzentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e nove reais e setenta e oito centavos);



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 2.2. O prazo para início da obra é de até 10 (dez) dias corridos após a emissão da "Ordem de Serviço".
- 2.3. O prazo total previsto para a execução da obra será de 60 (Sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" ou da Autorização para início dos serviços, pela empresa a ser contratada.
- 2.4. O Prazo do Contrato decorrente desta licitação, será de 180 (Cento e oitenta) dias corridos, contados da sua assinatura, podendo tal prazo, ser prorrogado nas hipóteses elencadas no Parágrafo Primeiro do Art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 2.5. A Empresa proponente deverá comprovar que possui Capital Social Realizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do orçamento base da Prefeitura de Patos, através da Certidão da Junta Comercial, conforme estipulado no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 2.6. A obra a ser executada deverá atender às Normas Técnicas, Especificações e métodos de Ensaio da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ou outras normas similares indicadas pela Proponente e aceitas pelo contratante que garantam, no mínimo, qualidade análoga à exigida pelas normas da ABNT.
- 2.7. Qualquer modificação, substituição de material especificado e/ou suplementação, eventualmente a ser executado pela **CONTRATADA**, dependerá de aprovação prévia do Município de Patos, passando automaticamente à propriedade do mesmo, que poderá fazer do mesmo o uso que lhe aprouver.

### 3 - RECURSOS FINANCEIROS

- 3.1. Os recursos financeiros, necessários para o referido serviço serão provenientes da dotação orçamentária:

**Unidade Orçamentária:** 02.090 - Secretaria de Educação

**Classificação Funcional:** 12 361 1023 1020

**Elemento de Despesa:** 4490.51

**Vinculado ao Contrato de Repasse:** PAC 5632/2013

### 4 - EDITAL E ANEXOS

- 4.1. Este Edital poderá ser adquirido por qualquer interessado através do site [www.patos.pb.gov.br](http://www.patos.pb.gov.br) (em campo específico, referente as Licitações do município), solicitado através do E-mail: [licitacao@patos.pb.gov.br](mailto:licitacao@patos.pb.gov.br) ou na SALA da Comissão Permanente de Licitação - CPL, sito no Centro Administrativo Aderbal Martins, Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte, (1º. Andar) – Patos/PB, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas.

### 5 - VALIDADE DA PROPOSTA

- 5.1. As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de no mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega. Findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 5.2. Antes de expirar o período de validade da Proposta, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar que o licitante estenda este período de vigência por um prazo adicional.

**6 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1. Poderão participar da presente licitação:**

- 6.1.1. Poderão participar desta licitação, empresas interessadas, que na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução do seu objeto.
- 6.1.2. Os interessados em participar da presente licitação, deverão ser previamente registrados no Cadastro de Fornecedores / Prestadores deste Órgão Licitante.
- 6.1.3. As empresas interessadas, ainda não cadastradas, que atenderem as condições exigidas pela Administração até o terceiro dia antecedente à data designada para o recebimento das propostas mediante apresentação dos documentos exigidos para tal, (artigo 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93).
- 6.1.4. Proponente com Capital Social no valor igual ou superior a 10% do valor do orçamento base para o qual irá concorrer. A comprovação deverá ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, com a Certidão da Junta Comercial, na forma da lei, admitida a atualização, pela proponente, até a data da apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 6.1.6. A Comissão Permanente de Licitações exigirá da (s) empresa (s) a comprovação do atendimento às exigências contidas neste item 6.1.

**6.2. Estão impedidos(as) de participar da licitação:**

- 6.2.1. Empresa ou firma entre cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativos ou sócios, figure quem seja servidor (efetivo ou comissionado) da Prefeitura Municipal de Patos;
- 6.2.2. O(s) autor(es) do projeto básico da obra, pessoa física ou empresa da qual dito autor seja dirigente, gerente, acionista ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 6.2.3. Empresa que não comprove sua condição de firma legalmente constituída, e não apresente, em seu contrato social, a previsão da prestação dos serviços compatíveis ao objeto desta licitação;
- 6.2.4. Empresa que esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Federal, Estadual ou Municipal, conforme RMS 32.628/SP de 14/09/2012 do Superior Tribunal de Justiça, bem como Acórdão 3.757-19/1, da lavra do Ministro Ubiratan Aguiar do Tribunal de Contas da União, Sessão do dia 07/06/2011, c/c Súmula nº 222, também do Tribunal de Contas da União;
- 6.2.5. Empresa que se encontre em processo de concordata, falência, dissolução, de fusão, de cisão, de incorporação ou de liquidação;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 6.2.6. Empresa que pretenda concorrer formando consórcio de empresas e empresas que não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 6.2.7. Empresa que estejam com o Certificado do Cadastro Geral de Fornecedores - CGF, vencido.
- 6.3. Qualquer empresa poderá participar da licitação, desde que atenda às condições exigidas no Edital.**

**6.3.1. Impugnação ao Edital**

- a) Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (art. 41, §1º da Lei 8.666/93), no endereço retro citado, devendo a Comissão julgar e responder a impugnação em até três dias úteis (art. 41, §1º da Lei 8.666/93).
- b) Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (art. 41, §2º da Lei 8.666/93).
- c) A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, §3º da Lei 8.666/93).
- d) A Comissão de Licitação, na qualidade de órgão julgador do certame licitatório e no exercício de sua função decisória, deliberará a respeito.
- e) A decisão do julgamento da impugnação Administrativa será disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Patos ([www.patos.pb.gov.br](http://www.patos.pb.gov.br)) no Diário Oficial do Município e sua cópia integral, ficará acostada aos autos do processo.

**7 - DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE**

- 7.1. Durante os trabalhos, só será permitida a manifestação do representante legal da licitante, devidamente credenciado.
- 7.2. Para se credenciarem, os representantes deverão apresentar ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no local, data e hora designada para a sessão de abertura da licitação, procuração pública, credenciamento conforme modelo nº 4 e contrato social da empresa acompanhado da cédula de identidade do representante legal, diretor ou sócio da empresa, que for acompanhar a licitação acompanhadas do original ou apresentando as fotocópias, que as mesmas sejam autenticadas por cartório competente com selo público.
- a) Em se tratando de instrumento de procuração, este deverá ser público e assinado por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessária, durante o procedimento da Habilitação e abertura da proposta. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência perante a licitação;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

- b) Quando a empresa se fizer representar por Diretor ou Sócio, deverá o mesmo apresentar cópia autenticada da célula de identidade e o Contrato Social da empresa no original ou cópia autenticada;
- c) As procurações, credenciamentos e as cópias das cédulas de identidade serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntadas ao processo de licitação.
- 7.3. Caso a representação se altere durante o processo de abertura e julgamento da licitação, o novo representante deverá apresentar, da mesma forma, os documentos retro relacionados.
- 7.4. A não apresentação dos documentos para credenciamento, ou a incorreção destes, não impedirá a licitante de participar da fase habilitatória, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.
- 7.5. Para usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 o licitante e/ou representante legal deverá comprovar esta condição no momento do credenciamento, apresentando declaração de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP (Modelo n.º 06), assinada pelo representante legal e pelo contador da empresa; anexado também a certidão da Junta Comercial evidenciando o registro de enquadramento como ME ou EPP, conforme artigo 8º da DNRC n.º 103 de 30/04/2009, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

**8 - DA CONDIÇÃO DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES**

- 8.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. A Prefeitura Municipal de Patos não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.
- 8.2. A Comissão Permanente de Licitações receberá até às 08:30 horas do dia 06 de Agosto de 2018, a documentação relativa à habilitação e a proposta, que deverão ser entregues em envelopes distintos, fechados, lacrados e rubricados em todas as suas aberturas, identificados "ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇOS", ambos contendo a seguinte indicação:

**ENVELOPE N.º 01  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 025/2018  
TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA N.º 04.009/2018  
OBJETO: .....  
NOME DO PROPONENTE: .....**

**ENVELOPE N.º 02  
PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 025/2018  
TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA N.º 04.009/2018  
OBJETO: .....  
NOME DO PROPONENTE: .....**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 8.3. Não serão aceitos documentos ou proposta enviada via fax, telex ou e-mail.
- 8.4. Os interessados que quiserem utilizar-se da via postal deverão encaminhar seus envelopes de documentação e proposta, dentro de um único invólucro, endereçado à Comissão Permanente de Licitação, o qual só será aceito até o horário da abertura dos trabalhos, sem qualquer violação de seu conteúdo.
- 8.5. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhum envelope será recebido, sob nenhuma hipótese, bem como nenhum novo documento, sendo aceito somente nos casos de substituição, conforme previsto no item 7.3.
- 8.6. O licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, documentos padrão, exigências, leis, decretos, normas e especificações citados no Edital e em seus Anexos.
- 8.6.1. Cada volume (documentação e proposta) deverá estar assinado por representante legal e preferencialmente ser apresentado com todas as folhas numeradas em ordem crescente, apresentando ao final um "Termo de Encerramento", no qual se declare o número de folhas do volume.
- 8.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.
- 8.8. O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou publicados em órgão de imprensa oficial, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Patos. Caso sejam apresentados documentos originais, os mesmos ficarão retidos no processo.
- 8.8.1. Não serão aceitos pela Comissão Permanente de Licitação, os documentos que, sendo apresentados em cópias, suas reproduções se mostrem ilegíveis.
- 8.9. Os documentos a serem autenticados pela Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados, para tal, impreterivelmente, até à abertura da sessão de Licitação.
- 8.10. Não serão aceitos documentos ou propostas apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes, CD-ROM ou disquetes.
- 8.11. Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos solicitados.
- 8.12. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 8.13. A validade para os documentos apresentada será aquela constante de cada documento ou estabelecida em lei. Nos casos omissos, a Comissão Permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua emissão.

**9 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1**

- 9.1. Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelos membros da Comissão Permanente





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

de Licitação - CPL ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

**9.2. Quanto à Habilitação Jurídica:**

9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4. Do Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.5. Alvará de Licença ou comprovação da autorização de Funcionamento da empresa expedido pelo Órgão Competente da sede da empresa interessada, vigente.

9.2.6. Documento de identidade e CPF dos sócios/proprietário da empresa.

9.2.7. Procuração pública e credenciamento conforme Modelo nº 04, passada pela licitante assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento licitatório. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência durante a licitação;

9.2.8. Declaração expressa da licitante de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, de acordo com o Modelo nº 02 do presente Edital.

**9.3. Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

9.3.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e do Município de Patos, com apresentação dos seguintes documentos:

- a) certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Secretaria da Receita Federal acompanhada da certidão negativa da Dívida Ativa da União, em conjunto com a Previdência Social - INSS, de acordo com a Portaria n. 358/2014 (Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), fornecida pela





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da lei, sendo filial deverá apresentar no CNPJ da Filial;

- b) certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- c) certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada, bem como da comarca de onde se está realizando a licitação, ou outra equivalente, na forma da Lei, em nome da Empresa e em nome dos sócios, sendo filial deverá apresentar no CNPJ da Filial;
- d) Certidão negativa de existência de ação ou representação contra o Poder Público Municipal organizador da Licitação, emitido pela Vara de Fazenda e Registros Públicos da comarca deste município.

**9.3.4.** Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com apresentação dos seguintes documentos:

- a) certidão negativa de débito, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- b) certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

**9.3.5.** Prova de regularidade junto à **Justiça do Trabalho (CNDT)**, expedida pelo Poder Judiciário - **Justiça do Trabalho**, certificando que a empresa licitante **Não Consta do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas**, certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

**9.4. Quanto à Qualificação Técnica:**

**9.4.1.** Prova de registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. Se a empresa licitante for inscrita ou registrada em outra região, a certidão apresentada deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA, de acordo com o Art. 69 da Lei 5.194 de 24/12/1966 e Resolução nº 413, de 27/06/1997, do CONFEA, sendo tal procedimento simples, e solicitado no site do CREA, para segurança do Poder Público local.

**9.4.2. Capacitação técnico-profissional** - de acordo com as exigências que a Lei nº 8.666/93 aponta, subentende-se que o licitante possui atividade moderadamente contínua e assim então, deverá comprovar que possui na data da Licitação, responsável técnico, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviços semelhantes, pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação, conforme ANEXO I. A comprovação deverá se feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, em nome do (s) próprio (s) profissional (ais) de nível superior.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

- a) É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma Empresa proponente, fato este que desqualificará todas as envolvidas;

**9.4.3. Comprovação de aptidão de desempenho técnico da licitante**, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços forem executados, acompanhado(s) da(s) respectivas Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedidas por esses Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado, pra órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, cujas as parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são:

- a) Pintura em esmalte sintético em 02 (duas) demãos em esquadrias de madeira - 900,00m<sup>2</sup>;  
b) Luminárias 2 x 32W, completa, embutir - 45 (Quarenta e cinco) Unidades;  
c) Gradil fixo - 90,00m<sup>2</sup>;

**9.4.3.1 - O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:**

- a) Nome do Contratado e do Contratante;  
b) Nome do responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número de registro(s) no CREA/CAU;  
c) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);  
d) Localização da obra ou dos serviços;  
e) Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);  
f) Data do início e término dos serviços

**9.4.4. Atestado de visita, conforme Modelo nº 03 e/ou Declaração de Ausência de Visita Técnica, conforme Modelo nº 09:**

- a) A visita ao local da obra será até o dia 06/08/2018, antes do início da sessão, a qual deverá ser agendada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, e realizada por Representante legal da empresa interessada.
- b) A visita técnica deverá ser acompanhada por um Representante Técnico da Prefeitura Municipal de Patos.
- c) A emissão do Atestado de Visita expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura dar-se-á após a realização da visita, e deverá também constar no envelope de documentos de habilitação, conforme Modelo nº 03.
- d) A determinação de visita técnica se molda a necessidade do licitante analisar local da construção da obra, terreno, sua declividade ou não, análise de solo, não podendo tal licitante alegar qualquer desconhecimento, irregularidade, dificuldades na execução na área ou local de edificação da obra em questão, em razão da obrigatoriedade da visita técnica, razão que caso alegue tais questões posteriormente a assinatura de um possível e futuro contrato, tal licitante será imposto sobre as sanções descritas neste edital, bem como na Lei 8.666/93 e correlacionadas.
- e) Declaração de ausência de visita técnica/vistoria, emitida pelo Proponente, firmada pelo representante legal, de que tomou conhecimento de todas as informações.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

características, complexidades físicas e tecnológicas e condições locais para elaboração de sua proposta e para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, restando como de sua responsabilidade a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de omissão na verificação dos locais de a execução dos serviços/obras, conforme Modelo nº 09:

- f) ESTA DECLARAÇÃO SUBSTITUI O ATESTADO DE VISITA TÉCNICA CONSTANTE NO ITEM 9.4.4 - ALÍNEA C, RESPECTIVAMENTE DESTE EDITAL. CASO O PROPONENTE DECIDA POR NÃO ENTREGAR ESTA DECLARAÇÃO, A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONSTANTE NO ITEM 9.4.4 - ALÍNEA C, TORNA-SE OBRIGATÓRIA.

**9.5. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:**

**9.5.1.** Prova que possui, na data da apresentação da proposta, capital social mínimo no valor discriminado no ANEXO I, com a Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, ou seja mínimo 10% do valor da obra, admitindo-se a atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais, tudo em atenção ao que preconiza o parágrafo 3º do art. 31, da Lei 8.666/93.

**9.5.2.** A apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, devidamente registrados na respectiva junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que:

**9.5.2.1. Sociedades anônimas:** apresentar cópia autenticada do balanço e demonstrações contábeis e da ata de sua aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial, bem como, suas publicações no Diário Oficial e/ou Jornal de grande circulação;

**9.5.2.2. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada:** apresentar cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde o balanço patrimonial e demonstrações contábeis foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral, registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente;

**9.5.2.3.** Tratando-se de empresa que ainda não encerrou o seu primeiro exercício contábil, deverá apresentar, em substituição ao item C.1, o balanço de abertura, considerando-o para fins de comprovação da boa situação financeira;

**9.5.2.4.** A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante deverá ser através de memorial de cálculo juntado ao balanço, considerando os dados constantes no mesmo, que, quando não existente poderá ser utilizado o Modelo de Declaração de Índice Econômico-Financeiro, que o documento possua o carimbo, nome e assinatura e venha assinada pelo contador, constando o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

I - Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, e julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final igual ou maior que 1 (hum);

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde: AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante

II - Índice de Liquidez Geral - calculado pela fórmula abaixo, e julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final igual ou maior que 1 (hum);

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde: AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a longo prazo.

III - Índice de Solvência Geral - calculado pela fórmula abaixo, e julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final igual ou menor que 1,5 (hum vírgula cinco décimos);

$$SG = \frac{AR}{PC + ELP}$$

Onde: AR = Ativo Real  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a Longo Prazo

9.5.2.5. Para atendimento ao disposto no §5º do Art. 31 da Lei nº 8.666/93, são definidos a seguir, os índices acima citados:

- a) Índice de Liquidez Corrente 1 (hum): representa a capacidade das empresas em saldar suas obrigações de curto prazo (um ano), honrando seus compromissos nas datas de vencimento. A maioria das obrigações classificadas no Passivo Circulante vence imediatamente após o encerramento do balanço. Somente o Imposto de Renda provisionado e os empréstimos contraídos são amortizados ao longo do próximo exercício;
- b) Índice de Liquidez Geral 1 (hum): contempla o entendimento do primeiro, visto que agrega a capacidade de pagamento em longo prazo, sem que a empresa tenha que dispor do Ativo Permanente;
- c) Índice de Solvência Geral 1,5 (hum vírgula cinco décimos): consolida a análise de boa situação da empresa, pois demonstra a estrutura do capital onde a participação do capital de terceiros superior a 2/3 (dois terços) do capital próprio torna a empresa vulnerável a qualquer intempérie.

9.5.2.6. Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor, em qualquer dos índices citados, estarão inabilitadas.

9.5.2.7. A comprovação do capital social deverá ser feita por uma das seguintes formas: através do Contrato Social com capital integralizado, através da Certidão da Junta Comercial, através da Publicação Oficial que conste o capital registrado (quando for o caso), ou ainda, (quando for o caso), por meio de Contrato Social registrado em Cartório de Registro de Títulos.

9.5.2.7.1. Quando o contrato social prevê promessa de integralização futura do capital social, a comprovação da integralização deverá ser feita





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

através da prova de ingresso dos recursos/bens no patrimônio da empresa, da seguinte forma: a prova do depósito em conta bancária, entrada no caixa comprovada através da escrituração do livro diário, devidamente registrado no órgão competente ou a prova de tradição dos bens (Nota Fiscal para bens móveis e Registro de Escritura em Cartório para imóveis).

- 9.5.2.8.** A comprovação do patrimônio líquido deverá ser feita por meio dos valores descritos no próprio Balanço Patrimonial.
- 9.5.2.9.** As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos descritos nos itens anteriores.
- 9.5.2.10.** Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando - se a exigência de índice de liquidez.
- 9.5.3.** Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedido pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 30 (trinta) dias corridos;
- 9.5.4.** Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:
- a) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
  - b) Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 787, de 19 de novembro de 2007;
  - c) Demonstrativo de Resultado do Exercício;
  - d) Termo de Autenticação do Livro Digital.
- 9.5.5.** Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, na Lei 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto n.º 3.555/2000, conforme Modelo n.º 05.
- 9.5.6.** Para os documentos apresentados que foram fornecidos através da internet, não será necessária a autenticação em cartório.
- 9.6. Disposições Gerais de Habilitação:**
- 9.6.1** As empresas, deverão ainda, apresentar dentro do Envelope de habilitação, Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Pessoa Jurídica e do seu sócio majoritário, obtidas no site: [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), por força do artigo 12 da Lei n.º. 8.429/92.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 9.6.2.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões/documentos apresentados, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de abertura da sessão da presente licitação.

**10 - PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2**

- 10.1.** Deverá ser apresentado no Envelope Nº 2, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados. As folhas deverão, preferivelmente, ser do tamanho A4 e conter um índice dos documentos com as páginas correspondentes, numeradas em ordem crescente e rubricadas por elemento credenciado da proponente, apresentando ao final um "Termo de Encerramento" no qual se declare o número de folhas do volume, também assinado pelo representante legal.

**10.2. Carta Proposta de Preços**

- 10.2.1.** A carta - proposta de preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, elaborada em língua portuguesa em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme Modelo Nº 01 sugerido em anexo, e deverá conter:

- a) razão social, endereço, telefone, fax, e o CNPJ/MF da proponente;
- b) nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura e nome do responsável técnico, com a respectiva assinatura;
- c) data;
- d) valor global da proposta, em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de abertura da licitação.
- f) declaração de que nos preços proposto estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminadas nos projetos;

**10.3. Planilha de Serviços**

- 10.3.1.** A planilha de serviços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, em formulário timbrado da licitante, sem emendas, rasura ou entrelinhas, devendo conter:

- a) razão social;
- b) data;
- c) deverá ser feita uma planilha;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- d) item, discriminação do serviço, unidade, quantidade, preço unitário, total parcial e total geral;
  - d.1) todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração da proposta de preços, inclusive as parciais, devem ter suas partes decimais consideradas com duas casas, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).
- e) nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura na última folha e rubrica nas demais e nome do responsável técnico, com a respectiva assinatura na última folha e rubrica nas demais.
- f) Os preços propostos deverão ser apresentados por item de serviços, devendo ser apresentado uma planilha demonstrando o valor global, que será o valor tomado por base para julgamento, de acordo com os anexos e em conformidade com os projetos, as especificações e as demais peças fornecidas pela Prefeitura Municipal de Patos.
- g) Apresentar Cronograma Físico-financeiro, conforme Anexo II deste Edital.
- h) Apresentar COMPOSIÇÃO DO BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.

## **11 - DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS**

- 11.1. A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente os projetos, as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, e que obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar a sua proposta de preços, e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.
- 11.2. Fica entendido que os projetos, as peças gráficas, as especificações e os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 11.3. Não será levada em consideração a proposta para execução parcial dos serviços, nem que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço.
- 11.4. Fica facultado à Comissão Permanente de Licitação - CPL, solicitar aos licitantes a revalidação da proposta após a expiração do prazo de validade da proposta apresentada, caso seja de interesse dos mesmos.
- 11.5. Será desclassificada a Proposta de Preços que:
  - 11.5.1. seja incompleta, isto é, não contenha informações suficientes que permitam a perfeita identificação qualitativa e quantitativa da obra licitada;
  - 11.5.2. contiver qualquer limitação ou condição contrastante com este Edital, ou sejam manifestamente inexecutáveis;

## **12 - RECEPÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 12.1. No dia, na hora e no local fixado neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes fechados e inviolados dos Documentos de Habilitação (Envelope N° 01) e Proposta de Preços (Envelope N° 02).
- 12.2. Após a data e hora marcada para entrega dos Envelopes N° 1 e N° 2, mais nenhum será recebido.
- 12.3. Em nenhuma hipótese, será concedida prorrogação de prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos Envelopes N° 1 e N° 2. No entanto, o seu exclusivo critério, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessário, bem como solicitar o original de documentos da proponente, devendo esta apresentá-lo num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis seguintes ao pedido.
- 12.4. Após a abertura dos Envelopes N° 01 e N° 02, toda a documentação contida nestes serão rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes dos licitantes presentes e conferidos de acordo com as exigências deste Edital. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgar necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando nova data e horário em que comunicará sua decisão às licitantes.
- 12.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados e rubricados pelos participantes, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até que seja decidida a habilitação.
- 12.6. Será lavrada ata circunstanciada de todas as reuniões públicas da licitação, que será submetida à apreciação dos licitantes, e será onde se registrará as reclamações, impugnações e demais ocorrências, devendo ser assinada por todos os presentes.

### 13 - ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

- 13.1. Recolhidos os envelopes de habilitação e de proposta, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes de documentação, para verificação do seu conteúdo em confronto com as exigências deste Edital.
- 13.2. A Comissão Permanente de Licitação, ao término dos trabalhos de análise dos documentos de habilitação, emitirá parecer conclusivo, logo após consultar as licitantes sobre possíveis impugnações que venham a ser solicitadas.
- 13.3. Após conferência e rubrica, pela Comissão Permanente de Licitação, dos documentos contidos nos envelopes de habilitação, os mesmos serão também analisados e rubricados por todas as licitantes credenciadas.
- 13.4. Conferidos e rubricados, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, suspender a reunião para proceder à análise detalhada dos documentos apresentados.
- 13.5. Após análise e parecer conclusivo da Comissão Permanente de Licitação, será o resultado divulgado em sessão pública na presença dos interessados e publicado no Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado e em Jornal de Grande Circulação, abrindo-se o prazo recursal nos termos da Lei, ficando o processo com vista franqueada aos interessados.
- 13.6. Decorrido o prazo recursal e não tendo ocorrido interposição de recursos, ou depois de decididos os eventuais recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação convocará os interessados





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

para a sessão pública de abertura dos Envelopes Nº 2 contendo a proposta das empresas habilitadas, ocasião em que serão devolvidos aos representantes credenciados os envelopes, devidamente fechados, contendo as propostas das empresas inabilitadas, quando for o caso.

- 13.7. Caso, após o exame da documentação apresentada, se consiga chegar à mesma sessão a uma conclusão sobre o resultado da presente etapa e houver renúncia expressa por parte de todos os licitantes ao direito de impetrar recurso, poderá a Comissão Permanente de Licitação, de imediato proceder à abertura dos Envelopes Nº 2 dos licitantes habilitados, devolvendo intacto o Envelope Nº 2 aos licitantes não habilitados.
- 13.8. Não ocorrendo dita renúncia e exercendo um ou mais licitantes seu direito à interposição de recursos no prazo legal, estes terão efeito suspensivo, o que será comunicado pela Comissão Permanente de Licitação aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes.
- 13.9. Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido.
- 13.10. Qualquer documento que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.
- 13.11. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.
- 13.12. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, nesta, ou em qualquer outra fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 13.13. Será considerada habilitada a proponente cuja documentação atenda às exigências estabelecidas no Edital.

#### **14 - ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS**

- 14.1. Transcorridos os prazos legais, na data fixada para a reunião de abertura dos envelopes de Proposta de Preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos Envelopes Nº 2 das proponentes habilitadas, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o valor global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta, que será rubricada pela Comissão e pelos representantes das proponentes presentes.
- 14.2. Na data apazada devolverá também, às proponentes não habilitadas, os respectivos Envelopes Nº 2 fechados e inviolados. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato, o envelope Nº 2, será devolvido após a homologação da licitação, a representante legal da licitante, devidamente identificado ou caso isso não ocorra, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, poderá a seu critério, após passados 30 (trinta) dias corridos da data da homologação da licitação, inutilizar os envelopes que encontrarem-se em seu poder.

#### **15 - JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

- 15.1. A Comissão Permanente de Licitação julgará e classificará as proposta de preços e elaborará um relatório de suas conclusões, o qual será encaminhado para a autoridade competente para as demais providências.
- 15.2. O critério a ser utilizado no julgamento da proposta é o de menor preço para a execução da obra.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 15.3. A proposta será classificada em ordem de valor crescente de acordo com o preço global, sendo considerada vencedora para fins de adjudicação a proposta da empresa habilitada que apresentar o menor preço global, incluindo a parte civil, materiais e equipamentos, assim como o transporte desses.
- 15.4. Não será levada em consideração a proposta que contiver rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas.
- 15.5. A Comissão Permanente de Licitação fará a conferência da planilha de serviços, que contém os preços unitários e as quantidades propostas. Constatado erro aritmético este serão corrigido da seguinte maneira:
- a) se houver divergência nos sub totais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a Comissão procederá à correção dos sub totais, mantendo-se os quantitativos, através da multiplicação do quantitativo estimados na Planilha Orçamentária da Prefeitura Municipal de Patos pelos respectivos valores apresentados na Planilha Orçamentária do licitante, prevalecendo o preço total corrigido. Se a licitante não aceitar a correção, sua proposta será desclassificada, garantindo-se seu acesso à memória de cálculo da Comissão Permanente de Licitação;
- 15.6. Para fim de rejeição, comparação e classificação da proposta de preços prevalecerá o valor global corrigido, quer seja para mais ou para menos.
- 15.7. Será desclassificada a Proposta de Preços que:
- 15.7.1. Estiver elaborada em desacordo com o presente Edital, ou que proponham qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, ou que apresentem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.
- 15.7.2. Conforme disposto no Art. 40, §2º, Inciso II da Lei Federal de nº. 8.666/93, o valor constante na Planilha Orçamentária (Anexo II), é considerado como valor base, não sendo admitidos Propostas de Preços, superiores ao valor descrito na mesma, sob pena de desclassificação da proposta de preços apresentada.
- 15.7.3. Esta licitação será julgada de acordo com o disposto no art. 45, inciso I, da Lei Federal de nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, não sendo admitidas propostas ofertadas com valores inexequíveis, ficando esse como valor proposto abaixo de 70% do valor máximo aceito, conforme constante na Planilha Orçamentária (Anexo II), deste Edital, atendendo assim o que manda o art. 48 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, resguardando o direito da comprovação da exequibilidade do valor proposto a Licitante, conforme art. 44, § 3º da Lei 8.666/93.
- 15.7.4. A planilha orçamentária apresentada pela licitante deverá ser equivalente a planilha base do Município de Patos, não podendo ser demasiadamente divergente (no âmbito equitativo) da planilha base do Município, haja vista as várias ocorrências de obras abandonadas após as primeiras fases de execução, quando empresas aumentam o valor da planilha na primeira fase para se ganhar mais e após isso abandonam a obra, com grande quantidade de lucro, deixando o município em significativo prejuízo, razão que a planilha de proposta a ser apresentada pela licitante deva ser equilibrada desde o primeiro item até o ultimo, onde tal planilha proposta será analisada por comissão do Departamento de





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

Engenharia da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, para averiguação de tal proposta antes da homologação.

- 15.7.5.** Venha a ser considerada inexecutável pela Comissão Permanente de Licitação, quando for razoável concluir que a proponente não seria capaz de executar o contrato ao preço de sua oferta, na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 15.7.6.** Fica facultado a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, quando do julgamento das "PROPOSTAS DE PREÇOS", solicitar das Licitantes a apresentação de Composição de Preços Unitários. Serão DESCLASSIFICADAS as "PROPOSTAS DE PREÇOS" em que a proponente não demonstre sua viabilidade através das composições de preços que justifiquem que os mesmos são coerentes com os de mercado, e onde os coeficientes de produtividade sejam compatíveis com a execução do CONTRATO
- 15.8.** Ocorrendo empate no valor global entre duas ou mais propostas de preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao sorteio, em sessão pública, para se conhecer a ordem de classificação, não sendo os casos estampados da Lei Complementar Nº 123/06.
- 15.9.** De acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 123/06, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.
- 15.9.1.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 15.9.2.** O disposto no Artigo 44 da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.
- 15.10.** Persistindo a igualdade, o desempate será mediante sorteio, em reunião pública marcada para este fim.
- 15.11.** A Comissão de Licitações reserva-se o direito de exigir, em qualquer época ou oportunidade, os documentos ou informações complementares que julgar necessários ao perfeito entendimento e compreensão dos documentos apresentados.

## **16 - ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

- 16.1.** Se nenhuma irregularidade for verificada, a Comissão Permanente de Licitação, após o julgamento, encaminhará ao Prefeito do Município, para adjudicação e homologação dos serviços à proponente que maiores vantagens ofereceu à administração.
- 16.2.** A execução da obra dar-se-á mediante termo de contrato de empreitada, a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Patos e a proponente vencedora da licitação, após a homologação da licitação.
- 16.3.** A proponente vencedora será convocada para, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação, sujeitando-se, ainda, às penalidades previstas em lei, assinar o termo de contrato de empreitada, conforme Modelo Nº 09, em anexo.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 16.4. É facultado à Prefeitura Municipal de Patos, quando a convocada não assinar o termo de contrato de empreitada no prazo e nas condições estabelecidas, convocar a segunda classificada, e, não o fazendo, convocar a terceira classificada e assim sucessivamente até se efetivar a formalização do termo de contrato de empreitada, ou revogar a licitação independente das penalidades previstas no presente Edital.
- 16.5. Até a assinatura do termo de contrato de empreitada, a Prefeitura Municipal de Patos poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, desde que haja conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

#### 17 - RECURSOS

- 17.1. É facultado a qualquer proponente formular reclamações e impugnações no transcurso das sessões públicas da licitação, que deverão constar nas atas dos trabalhos.
- 17.2. Os recursos, cabíveis nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, serão interpostos, por escrito, e encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, via Protocolo Administrativo na sede desta Prefeitura, não sendo permitido recursos por meio de e-mail's, fax ou similares.
- 17.3. Interposto recurso, abrir-se-á vista do mesmo aos licitantes, pelo prazo legal, nos termos do § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação o apreciará e decidirá pela manutenção ou reforma do ato recorrido.

#### 18 - PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 18.1. O prazo total previsto para a execução dos serviços será de 60 (Sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" pela empresa a ser contratada.

#### 19 - PENALIDADES

- 19.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 19.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) Cancelamento do preço contratado;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos.

19.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- 19.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - Rescisão unilateral do contrato após o trigésimo dia de atraso.
- 19.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- Advertência, por escrito, nas falta leves;
  - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 19.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até dois anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 19.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 19.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 19.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 19.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

19.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## 20 - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

- 20.1. A fiscalização da execução da obra será feita por elemento ou empresa devidamente designada pela Prefeitura Municipal de Patos, com responsabilidades específicas e de conformidade com o contrato além das condições relacionadas neste capítulo.
- 20.2. A contratada deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela **CONTRATANTE**:
- a) inspecionem a qualquer tempo a execução da obra e/ou serviços;
  - b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.
- 20.3. A contratada deverá manter em todos os locais de serviços um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.
- 20.4. A contratada deve manter no canteiro de obras, um projeto completo da obra, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização.
- 20.5. A contratada deve manter no local da obra o boletim diário de ocorrências, o qual, diariamente, deverá ser preenchido pelo encarregado da contratada e rubricado pela fiscalização.
- 20.6. Caso a contratada não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou pagamento direto, inclusive podendo ficar suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos com a Prefeitura Municipal de Patos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Estas sanções serão aplicadas sem prejuízo de outras previstas no Art.87 da Lei Federal Nº 8.666/93.
- 20.7. Assim que a execução da obra for concluída de conformidade com o contrato, será emitido Termo de Recebimento Provisório, o qual será o único comprovante da execução da obra, e será assinado pela fiscalização.
- 20.8. Após o prazo de 60 (sessenta) dias corridos do recebimento provisório será procedido o recebimento definitivo, através de comissão especificamente designada pela contratante, ocasião em que será lavrado **Termo de Recebimento Definitivo**. Durante esse período, a contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento do que foi por ela executado. Qualquer falha construtiva deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando esta sujeita, ainda, às sanções indicadas no **Capítulo XIX - PENALIDADES**.

## 21 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 21.1. A contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual - EPI.
- 21.2. A contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso do EPI.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 21.3. A contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal Nº 6.514 de 22/12/77, Portaria Nº 3.214 de 08/06/78, Normas Regulamentares - NR 01 a 28 e em especial as NR 04 a 06 e 18.
- 21.4. Cabe à contratada solicitar à contratante a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes na obra e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.
- 21.5. A contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.
- 21.6. Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio da contratante e de outrem, e aos materiais envolvidos na obra e/ou serviços, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NR aprovadas pela Portaria Nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal Nº 6.514, de 22/12/77.
- 21.7. Somente está autorizada a executar obras e/ou serviços para a contratante a contratada que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas; portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.
- 21.8. A contratante atuará objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido nos itens acima, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências da Lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra e/ou serviços.
- 21.9. A contratada deverá de imediato, providenciar o atendimento das exigências da contratante. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias para o atendimento completo.
- 21.10. Esgotado o prazo descrito no item anterior, a contratante poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando da contratada as despesas daí decorrentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.
- 21.11. A contratada deverá ter no canteiro de obras cartão de ponto ou similar que comprove o horário de atividades dos funcionários contratadas pela mesma, bem como deverá existir também refeitório adequado com as normas trabalhistas, e ainda deverá haver banheiro adequado para os ditos funcionários além de água potável para beber durante a execução dos serviços, sendo que a falta destes quesitos poderão incorrer nas penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.

## 22 - MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- 22.1. Todos os materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra que serão utilizados na obra deverão ser de responsabilidade da contratada e todos os custos de aquisição, de transporte, de armazenamento ou de utilização deverão estar incluídos nos preços unitários propostos.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**22.2.** A responsabilidade pelo fornecimento, em tempo hábil, dos materiais, máquinas e equipamentos será exclusivamente da contratada. Ela não poderá solicitar prorrogação do prazo de execução, nem justificar retardamento na conclusão da obra e/ou serviços em decorrência do fornecimento deficiente dos mesmos.

**23 - PAGAMENTO**

**23.1.** O Município de Patos efetuará à contratada os pagamentos dos desembolsos, nas condições e prazos estipulados no contrato e de acordo com as medições efetuadas pela contratante;

**23.2.** O faturamento deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com a medição efetuada, número da licitação, número do Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas;
- b) atestado de medição e aceitação dos serviços concluídos, emitidos pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Patos;
- c) cópia da matrícula - CEI - Cadastro Específico Individual - da obra junto ao INSS;
- d) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social - GRPS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;
- e) cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;
- f) Se a contratada for optante pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte deverá apresentar as cópias do Termo de Opção, do DARF-SIMPLES e da GPS com o número do CEI da obra.
- g) a liberação da primeira parcela fica ainda condicionada à quitação junto ao:
  - (d1) CREA, através da ART;
  - (d2) INSS, através de matrícula da obra (CEI); e
  - (d3) FGTS/CAIXA, através do CRS.

**23.3.** O pagamentos correspondentes às medições efetuadas, se dará em moeda brasileira corrente em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura Municipal de Patos, devidamente atestadas e protocoladas, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas, sendo que tal prazo somente começará a correr mediante a existência de toda a documentação completa devidamente protocolada anexada ao processo de pagamento junto a respectiva Nota Fiscal e Boletim de Medição.

**23.4.** A fiscalização precederá às medições mensais baseadas nos serviços realizados, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

**23.4.1.** A primeira medição ocorrerá no último dia do mês em que for expedida a Ordem de Serviço. As medições subseqüentes deverão ocorrer entre os dias 20 a 30 de cada mês.

#### **24 - REAJUSTE DE PREÇOS**

**24.1.** A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira poderá ser reajustável com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação da proposta.

**24.2.** Após o prazo previsto no item 24.1, as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

**R** = Valor de reajustamento

**I<sub>1</sub>** = Índice do 12º mês após a apresentação da proposta

**I<sub>0</sub>** = Índice do mês de apresentação da proposta

**V** = Valor da obra e/ou serviços realizados a preços iniciais

**24.3.** Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

**24.4.** Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados, no prazo contratual da obra e/ou serviços.

**24.5.** As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alterada, caso ocorra à superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

#### **25 - DA GARANTIA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**25.1.** Será exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. Seguro-garantia; ou
- III. Fiança Bancária.

**25.1.1.** Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta;

25.2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado, em conta informada pela CONTRATANTE, mediante depósito identificado a crédito da Prefeitura Municipal de Patos, sendo obrigatório, a entrega do comprovante, na Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

25.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

25.4. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, , deverá ter validade durante a vigência do contrato.

25.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

25.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

25.7. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

25.8. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada através a assinatura do termo de recebimento definitivo da obra, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante, conforme disposto no art. 56, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

## **26 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

26.1. O contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Patos, no todo ou em parte de pleno direito, em qualquer tempo, isento de quaisquer ônus ou responsabilidade, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com os Artigos 77 à 79, seção V, da Lei Federal nº.8.666/93, sem qualquer espécie de indenização à contratada, quando se verificar:

26.1.1. O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;

26.1.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Patos;

26.1.3. A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da contratante;

26.1.4. Falência, concordata ou dissolução da CONTRATADA;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 26.1.5. Manifesta irresponsabilidade por parte da Contratada de cumprir com as obrigações assumidas;
- 26.1.6. Procedimento irregular da Contratada, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Patos e/ou terceiros;
- 26.1.7. Atraso e/ou interrupção, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Patos, superior a 30 (trinta) dias corridos, com relação ao prazo total para a conclusão da obra e/ou serviços, não sendo o caso de prorrogação por meio de termo aditivo devidamente fundamentado;
- 26.1.8. O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;
- 26.1.9. Descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Patos;
- 26.1.10. Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pela Prefeitura Municipal de Patos;
- 26.1.11. Utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização da Prefeitura Municipal de Patos;
- 26.1.12. Outros, conforme previsto no art. 78, da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas ulteriores modificações;
- 26.2. A rescisão do contrato unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Patos, fundamentada no artigo 78 da lei 8.666/93, acarretará as seguintes conseqüências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:
  - 26.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Patos, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
  - 26.2.2. Responsabilização da Contratada por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Patos.
- 26.3. No caso de rescisão por parte da Contratada deverá esta notificar à Prefeitura Municipal de Patos num prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.
- 26.4. O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, ficando assegurado à contratada o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.
- 26.5. Declarada à rescisão, seja amigável ou judicial, será elaborada num prazo de 10 (dez) dias um inventário relacionando tudo o que estiver no canteiro de obras, indicando seus respectivos proprietários, o qual servirá de base para os possíveis ajustes na liquidação dos interesses das partes contratantes.
- 26.6. No caso de rescisão unilateral em razão da necessidade pública, está notificará a contratada com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias acerca da necessidade e decretação da rescisão.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

26.7. A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo IV, Seção I, art.ºs 81 à 108, bem como nas estabelecidas no Edital de Licitações e neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público pelo prazo de lei.

**27 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 27.1. A Prefeitura Municipal de Patos se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que as mesmas não atendam às condições estabelecidas neste Edital, sem que caiba às proponentes, a qualquer tempo, o direito de qualquer reclamação ou indenização, seja de que natureza for.
- 27.2. A Prefeitura Municipal de Patos poderá declarar a licitação fracassada, quando nenhuma da proposta de preços satisfizer o objeto e/ou o projeto e/ou as especificações e evidenciar que tenha havido falta de competição e/ou conluio.
- 27.3. A participação nesta licitação implica em pleno conhecimento e aceitação integral e irrevogável dos termos do seu Edital, assim como de sujeição às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 27.4. Outras informações e esclarecimentos relativos ao contido no Edital poderão ser solicitados, por escrito, junto à Comissão Permanente de Licitação, até 05 (cinco) dias corridos antes da data fixada para entrega dos Envelopes Nº 1 e 2. As respostas serão enviadas por escrito, igualmente, a todas as proponentes, sem identificar a consulente, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos que antecedem o recebimento dos Envelopes retro citados.
- 27.5. Fica estabelecido que toda ou qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores do Órgão licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações e reivindicações por parte das proponentes.
- 27.6. A Prefeitura Municipal de Patos se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da obra mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos efetivamente executados, através de medição dos serviços e dos materiais existentes no local da obra.
- 27.7. A critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Patos, poderá a Contratada durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Patos. A Contratada, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, rescindir os respectivos ajustes.
- 27.8. A contratada não poderá ceder o contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e expressa da Prefeitura Municipal de Patos.
- 27.9. A licitante contratada deverá, obrigatoriamente, colocar, em até 15 (quinze) dias corridos após o início da obra, a placa da obra conforme modelo fornecido pela contratante, sob pena de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual, por dia de atraso na sua colocação.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

- 27.10. Caberá à contratada o pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução do contrato.
- 27.11. Fica estabelecido que a Contratada deverá, às suas expensas, providenciar todo e qualquer controle tecnológico necessário à execução do(s) Projeto(s), objeto da Licitação.
- 27.12. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 27.13. A empresa licitante que vier a ser contratada deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, a seguinte documentação:
- a) prova do registro do contrato junto ao CREA, bem como cópia da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com a relação do(s) nome(s) e registro(s) do(s) profissional(is) que acompanhará(ão) a execução da obra;
- 27.14. Caso haja necessidade da substituição do engenheiro indicado como responsável técnico pela obra objeto desta licitação, no decorrer da execução do contrato, a aceitação do substituto ficará condicionada à comprovação da capacidade técnico-profissional deste, nos termos do item 9.4 deste Edital, devendo ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e somente será efetivada após a aprovação pela Prefeitura Municipal de Patos.
- 27.15. A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à contratante ou a terceiros, por si ou seus representantes, na execução da obra e/ou serviços contratados, ficando isenta a contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 27.16. A contratada deverá atender ao que dispõe o Art. 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII.
- 27.17. A contratada deverá atender às determinações de fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e prestar toda assistência e colaboração necessária.
- 27.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 27.19. Caso nas datas previstas para a realização de eventos da presente licitação não haja expediente na Prefeitura Municipal de Patos, aqueles eventos serão automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.
- 27.20. A Contratada fornecerá no local da obra, funcionários devidamente uniformizados e com identificação da empresa.

**28 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 28.1. O representante credenciado da licitante presente ao ato de abertura dos envelopes será considerado como investido de amplos poderes para tomar quaisquer decisões, em caráter irrecorrível, sobre a licitação, inclusive quanto à desistência de interposição de recursos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- 28.2.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.
- 28.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e serão resolvidos e julgados pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.
- 28.4.** Conforme o art. 111 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, todos os direitos autorais relativos a estudos e projetos eventualmente desenvolvidos pela contratada durante a execução do objeto contratual, serão cedidos a contratante, podendo esta reutilizá-los gratuitamente em outros empreendimentos de sua responsabilidade, mediante informação escrita ao(s) autor (es) do projeto ou estudo.

#### **29 - DO FORO**

- 29.1.** A interpretação dos termos do contrato de empreitada decorrente deste Edital será regida pelas leis brasileiras, cujo Foro eleito é o da Comarca da cidade de Patos, Estado de Paraíba que terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante desta licitação, constituído assim, o foro de eleição, prevalecendo sobre outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

#### **30 - ELEMENTOS INSTRUTORES**

- 30.1.** Fazem parte integrante deste Edital os seguintes elementos anexos:

- MODELO Nº 01: Carta Proposta de Preços;
- MODELO Nº 02: Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- MODELO Nº 03: Atestado de Visita Técnica;
- MODELO Nº 04: Credenciamento;
- MODELO Nº 05: Declaração de atendimento ao inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;
- MODELO Nº 06: Declaração da condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP;
- MODELO Nº 07: Termo de aquisição, ciência e aceitação das condições para participação do presente processo;
- MODELO Nº 08: Termo Declaração de índice econômico-financeiro
- MODELO Nº 09: Declaração de Ausência de Visita Técnica;
- ANEXO I: Termo de Referência;
- ANEXO II: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma e Elementos Gráficos (Projeto);
- ANEXO III: Minuta de Contrato.

Patos - PB, 12 de Julho de 2018.

Maikon Roberto Minervino  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

---

# MODELOS E ANEXOS





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 01

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

À  
Prefeitura Municipal de Patos  
At. da Comissão Permanente de Licitações  
Patos - Paraíba

Ref.: Edital de Tomada de Preços Pública nº 04.009/2018

Prezados Senhores,

..... (nome da proponente)....., com endereço à ..... telefone  
..... CNPJ nº ..... vem pela presente submeter à apreciação de V<sup>a</sup>, S<sup>as</sup>. a proposta de  
preços para execução da obra objeto do(s) lote(s) ..... da licitação em epígrafe, cabendo esclarecer  
que :

- 1) O nosso preço global para execução dos serviços é de:  
RS.....(.....);  
conforme orçamento detalhado na planilha em anexo.
- 2) O nosso prazo para a execução dos serviços é de ..... (.....) dias corridos a  
partir da data de emissão da Ordem de Serviços pela Prefeitura Municipal de Patos.
- 3) O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.
- 2) Nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas com materiais, equipamentos,  
ferramentas, transportes, controle tecnológico de qualidade, cumprimento de exigências dos  
Órgãos de Meio-Ambiente, seguros em geral, mão-de-obra, encargos de legislação social,  
trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, infortúnio de trabalho, administração, lucro e  
quaisquer outras despesas diretas ou indiretas incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do responsável legal)  
(carteira de identidade número e órgão emissor)

(nome e assinatura do responsável técnico)  
(CREA/CAU - UF Nº \_\_\_\_\_)





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

---

MODELO Nº 02

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES  
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

À  
Prefeitura Municipal de Patos  
At. da Comissão Permanente de Licitações  
Patos - Paraíba

Ref.: Edital de Tomada de Preços Pública nº 04.009/2018

O signatário da presente, em nome da proponente, ....., declara, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 2, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes..

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(carteira de identidade, número e órgão emissor)



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 03

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Ref. : Tomada de Preços Pública nº 04.009/2018

Objeto : Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à \_\_\_\_\_.

Atesto para fins de habilitação ao Processo Administrativo nº 025/2018, na Modalidade Tomada de Preços nº 04.009/2018, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, responsável técnico com registro no CREA sob o nº \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, participou da Visita Técnica realizada em \_\_\_/\_\_\_/2018, nos lugares onde serão realizados os serviços constantes da licitação.

A empresa supracitada declara que seu representante vistoriou os locais dos serviços e que tem pleno conhecimento de todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

Patos - PB, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e assinatura do responsável pelo licitador)

(nome e assinatura do responsável técnico da empresa licitante)



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 04

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

À Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Edital de Tomada de Preços Pública nº 04.009/2018

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, ..... portador da cédula de identidade RG nº ..... emitida por ..... na qualidade de responsável legal pela empresa ..... CNPJ nº ....., vem pela presente, informar a V<sup>as</sup> S<sup>as</sup> que o senhor.....portador da cédula de identidade RG nº....., emitida por ..... CPF nº ..... é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, bem como assinar atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do responsável legal)  
(cédula de identidade, número e órgão emissor)





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 5

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII,  
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Tomada de Preços Pública nº 04.009/2018

..... inscrito no CNPJ Nº ..... por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....DECLARA, para fins do dispositivo no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.66 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)  
(cédula de identidade, número e órgão emissor)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 06

DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA - ME  
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Ref.: TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA nº 04.009/2018.

....., inscrito no CNPJ Nº ..... por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar que atendo a condição de microempresa - ME ou de empresa de pequeno porte - EPP, para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC nº 123/06 e não me encaixo nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da citada Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente das penalidades legais de natureza administrativa, civil e penal a que estou sujeito em caso de falso conteúdo das declarações prestadas.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)  
(cédula de identidade, número e órgão emissor)

.....  
(contador - CRC)



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 07

TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA Nº 04.009/2018

TERMO DE AQUISIÇÃO, CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA  
PARTICIPAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO

O licitante abaixo **declara ter adquirido** cópia do edital e anexos do Processo Licitatório para participar da licitação abaixo nas formas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Agosto de 1993.

**Declara** ainda ter ciência de todas as prerrogativas do presente Edital e **declara** conhecimento de todas as documentações, exigências e condições para participação no presente certame.

Empresa : \_\_\_\_\_  
CNPJ : \_\_\_\_\_  
Endereço : \_\_\_\_\_  
Cidade : \_\_\_\_\_

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA Nº 04. 009/2018

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à \_\_\_\_\_, conforme os Memoriais, Planilhas e Projetos anexo.

Recurso:

Unidade Orçamentária: 02.090 - Secretaria de Educação  
Classificação Funcional: 12 361 1023 1020  
Elemento de Despesa: 4490.51

Vinculado ao Contrato de Repasse: PAC 5632/2013

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)  
(cédula de identidade, número e órgão emissor)\_  
- Carimbo da Empresa -



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO Nº 08

DECLARAÇÃO DE ÍNDICE ECONÔMICO-FINANCEIRO

TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA Nº 04.009/2018.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (M.F.)  
sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à  
Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Setor/Bairro  
\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_, e o seu  
**CONTADOR** o Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CRC sob  
n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA** que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da  
Empresa, os quais foram obtidos no balanço do último exercício social.

LC =  $\frac{AC}{PC}$  Onde: LC = Liquidez Corrente  
AC = Ativo Circulante  $\geq **$   
PC = Passivo Circulante

LG =  $\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$  Onde: LG = Liquidez Geral  
AC = Ativo Circulante  $\geq **$   
ARLP = Ativo Realizável  
PC = Passivo Circulante  
PELP = Passivo Exigível a longo  
prazo.

SG =  $\frac{AR}{PC + PELP}$  Onde: SG = Solvência Geral  
AR = Ativo Real  $\leq **$   
PELP = Passivo Exigível a Longo  
Prazo  
PC = Passivo Circulante

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)  
(cédula de identidade, número e órgão emissor)  
- Carimbo da Empresa -

Carimbo, nome e assinatura do CONTADOR e CRC

Observação: OS LICITANTES DEVERÃO DEMONSTRAR OS VALORES ENCONTRADOS PARA CADA ÍNDICE SOLICITADO ACIMA, NÃO SENDO DE RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OS CÁLCULOS REFERIDOS.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO N° 03

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

Ref. : Tomada de Preços Pública n° 04.009/2018

Objeto : Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à \_\_\_\_\_.

Atesto para fins de habilitação ao Processo Administrativo n° 025/2018, na Modalidade Tomada de Preços n° 04.009/2018, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, responsável técnico com registro no CREA sob o n° \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_ e RG n° \_\_\_\_\_, declara que tomou conhecimento de todas as informações, características, complexidades físicas e tecnológicas e condições locais para elaboração de sua proposta e para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, restando como de sua responsabilidade a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de omissão na verificação dos locais de a execução do objeto da TOMADA DE PREÇOS em epígrafe.

Patos - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e assinatura do responsável pelo licitador)

(nome e assinatura do responsável técnico da empresa licitante)



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TOMADA DE PREÇOS PÚBLICA Nº 04.009/2018.

DATA E HORÁRIO: Dia 30 de Julho de 2018 às 08:30 horas.

**1. OBJETO**

A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à \_\_\_\_\_, conforme os Memoriais, Planilhas e Projetos anexo.

**1.1. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

O licitante vencedor se sujeitará à observância dos prazos de garantia dos produtos e serviços pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 618 do Código Civil.

**2. JUSTIFICATIVA**

Esta contratação justifica-se em virtude da necessidade de Conclusão da Obra objeto desta licitação, neste Município, os recursos serão provenientes do Governo Federal por intermédio do MEC e FNDE de Acordo com o Contrato de Repasse nº PAC 5632/2013 no valor de R\$ 284.179,78 (Duzentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e nove reais e setenta e oito centavos).

A presente Obra de Conclusão de uma Creche Proinfância - Tipo B, localizada no Loteamento Geralda Medeiros - Patos / PB, tem como objetivo a melhoria na qualidade do atendimento as crianças que necessitam de utilizar os serviços das Creches do Município.

**3. ESPECIFICAÇÃO**

DISCRIMINAÇÃO	
Objeto .....	Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à Obra de Conclusão de uma Creche Proinfância - Tipo B, localizada no Loteamento Geralda Medeiros - Patos / PB, conforme os Memoriais, Planilhas e Projetos anexo.
Prazo de execução .....	60 (Sessenta) dias corridos.
Valor estimado .....	R\$ 284.179,78 (Duzentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e nove reais e setenta e oito centavos).
Capital Social Mínimo:	R\$ 28.417,98 (Vinte e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e oito centavos).
Fontes de Recursos.....:	Unidade Orçamentária: 02.090 - Secretaria de Educação Classificação Funcional: 12 361 1023 1020 Elemento de Despesa: 4490.51



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Recurso Financeiro:	Os recursos serão provenientes do Governo Federal por intermédio do MEC e FNDE, de Acordo com: <ul style="list-style-type: none"><li>• Contrato de Repasse nº PAC 5632/2013 no valor de R\$ 284.179,78 (Duzentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e nove reais e setenta e oito centavos);</li></ul>
Exigência de atestados:	Capacitação técnico-profissional:  - Comprovar a execução dos objetos abaixo, conforme previsto no subitem 9.4.2, com as seguintes e especificações e nos seguintes quantitativos:  a) área de construção (metragem quadrada) similar ao projeto destes autos:  b) os atestados a serem apresentados deverão ter em seus quantitativos similitude com as planilhas existente nestes autos ou seja:

#### 4. LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços no local solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, desta Prefeitura, tudo de acordo com a Declaração indicando as Avenidas.
- A **CONTRATADA** deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência, Projetos, Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias de Estimativa de Custos e Cronogramas Físico-financeiro.

#### 5. PRAZO DE EXECUÇÃO

- O prazo de execução da obra será de 60 (Sessenta) dias corridos, após a Ordem de Serviços emitida pela **CONTRATANTE**, observando o cronograma físico-financeiro.
- Prazo esse estipulado para atender o prazo de execução e o prazo de recebimento definitivo da obra, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº. 8666/93.
- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas na Lei nº. 8.666/93.

#### 6. FORMA DE PAGAMENTO

- Os pagamentos serão realizados de acordo com as medições aprovadas pelo Setor de Engenharia e Obras Pública da Prefeitura Municipal de Patos-PB, através da fiscalização dos serviços, realizada por engenheiro especialmente designado.
- O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados a partir da apresentação da nota fiscal que deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva ordem bancária de pagamento.
- A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia verificação da situação da **CONTRATADA** em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.
- No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

**CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

## 7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a. A gestão financeira será exercida pelo Secretário Municipal de Finanças e a fiscalização da execução da obra pelo engenheiro lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, expressamente designado pelo Prefeito do Município, que atuará juntamente com o gestor de contratos, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato/obra e de tudo dar ciência à Administração.
- b. A fiscalização de que trata o parágrafo anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência deste, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666 de 1993.
- c. Os serviços rejeitados pela fiscalização considerados como mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o emprego de materiais aprovados pela fiscalização e com a devida mão-de-obra qualificada, em tempo hábil para que não venha a prejudicar o Cronograma global dos serviços, arcando a **CONTRATADA** com o ônus decorrente do fato.
- d. O(s) fiscal (is) do contrato anotará (ao) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 8. OBRIGAÇÕES

### 8.1. DA CONTRATADA

- a. Executar os serviços conforme especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e seus anexos, empregando boa técnica e materiais de primeira qualidade.
- b. Iniciar e entregar a obra dentro do(s) prazo(s) previsto(s) no Cronograma Físico-financeiro.
- c. Todas as despesas relativas à instalação e execução dos serviços, mão-de-obra, equipamentos, maquinários e ferramentas, óleos lubrificantes, combustíveis e fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc., bem como, providências quanto à legalização da obra perante os órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, correrão por conta da **CONTRATADA**.
- d. Quando exigido pela legislação devido ao tipo da obra ou serviços, a **CONTRATADA** deverá obter todo e qualquer tipo de licença, inclusive ambiental, junto aos órgãos fiscalizadores e concessionárias de serviços públicos, para a execução destes serviços, bem como, após sua execução, os documentos que certifiquem que estão legalizados perante estes órgãos e concessionárias.
- e. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, em época própria, tais como: salários, cursos de reciclagem, uniformes, exames de saúde física e mental e de aptidão psicológica, seguros de acidentes, seguros de vida, auxílio-funeral, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio alimentação/refeição, vale-transporte, etc., quando concernente, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei.
- f. Recolher todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, apresentando as respectivas certidões negativas à **CONTRATANTE** para fins de liquidação dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- g. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços.
- h. Não vincular o pagamento de salários e demais vantagens dos empregados aos pagamentos das faturas efetuadas pela **CONTRATANTE**.
- i. Responder por qualquer ato doloso ou culposo causado por seus empregados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, ou de terceiros, ainda que omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao ressarcimento.
- j. Manter, durante toda a duração do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.
- k. Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.
- l. Propiciar, no local de execução da obra, os meios e as condições necessárias para que a **CONTRATANTE** possa realizar inspeções periódicas, bem como, os órgãos de controle externo de fiscalização.
- m. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei nº. 8.666/93.
- n. Manter "Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho" de acordo com a legislação pertinente e aprovação da **CONTRATANTE**, bem como, fornecer todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à segurança de seus empregados.
- o. Atender minuciosamente todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas pertinentes durante a execução do contrato.
- p. Remover o entulho durante a execução e ao final de cada etapa do serviço, procedendo à limpeza adequada das áreas adjacentes às da execução dos trabalhos, especialmente as vias de circulação, de modo a não prejudicar os trabalhos realizados e o trânsito de pessoas e carros, quando for o caso.
- q. Possuir em seu quadro permanente de funcionários, durante a execução dos serviços, pelo menos um engenheiro civil (responsável técnico devidamente cadastrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com capacidade técnica equivalente ou superior ao objeto contratado, bem como, possuir encarregado de serviço, que deverá permanecer no local da obra durante todas as horas de trabalho e pessoal especializado de comprovada competência.
- r. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, CD contendo a planilha orçamentária ganhadora e o cronograma físico-financeiro da empresa na extensão *xls*.
- s. Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução devidamente quitada, no ato do recebimento da ordem de serviços emitida pela **CONTRATANTE**.
- t. Apresentar todas as medições acompanhadas de planilha orçamentária, memorial fotográfico, plantas e CD com todos os arquivos nos respectivos formatos: planilha orçamentária (*xls*), memorial fotográfico (*doc*), plantas (*dwg*).
- u. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do(s) servidor(es) da **CONTRATANTE**, encarregado(s) de acompanhar a execução do contrato prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- v. Apresentar solicitação escrita à fiscalização dos serviços, minuciosamente justificada, quando se fizer necessária, mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente, por sua iniciativa.
- w. Identificar o empreendimento com placa segundo modelo passado pela **CONTRATANTE**, durante o período de duração da obra, devendo afixá-la no prazo de até 12 (doze) dias, contados a partir da autorização da **CONTRATANTE** para o início dos trabalhos.

## 8.2. DA CONTRATANTE



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- a. Efetuar o pagamento correspondente à prestação do serviço contratado.
- b. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços entregues, verificando sempre o seu bom desempenho.
- c. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da obra.
- d. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contratado.
- e. Fornecer a qualquer tempo e com máximo de presteza, mediante solicitação escrita, informações adicionais, bem como, dirimir dúvidas e orientar a **CONTRATADA** em todos os casos omissos.
- f. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado.
- g. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações estabelecidas para fins de aceitação e recebimento definitivo.

#### 9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

- a. Aplica-se o disposto na Lei nº. 8.666/93 e legislação vigente, no Edital e na Minuta do Contrato.

#### 10. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- a. Prova de registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. Se a empresa licitante for inscrita ou registrada em outra região, a certidão apresentada deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA-PB, de acordo com o Art. 69 da Lei 5.194 de 24/12/1966 e Resolução nº 413, de 27/06/1997, do CONFEA, sendo tal procedimento simples, para segurança do Poder Público local.
- b. Capacitação técnico-profissional - em razão do vulto da licitação, da complexidade estrutural e arquitetônica da obra, bem como de acordo com as exigências que a Lei nº 8.666/93 aponta, subentende-se que o licitante possui atividade moderadamente contínua e assim então, deverá comprovar que possui na data da Licitação, responsável técnico, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviços semelhantes, pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação, conforme ANEXO I. A comprovação deverá se feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, em nome do (s) próprio (s) profissional (ais) de nível superior.
- c. Todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução da obra, deverão ser apresentados no canteiro de obras pela contratada, sendo a sua responsabilidade a utilização dos mesmos, juntamente com a disponibilização dos equipamentos de proteção individual.

#### 11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a. A empresa vencedora deverá ter infra-estrutura para o funcionamento ininterrupto dos serviços.
- b. Correrão por conta da empresa vencedora, todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: materiais, mão de obra, transporte, tributos, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços.

Maikon Roberto Minervino  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: CONCLUSÃO DA CRECHE-PROINFÂNCIA TIPO - B GERALDA MEDEIROS;  
LOCAL: BAIRRO GERALDA MEDEIROS, PATOS - PARAÍBA.

PLANILHA DE PREÇO

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	custo unit. C/BDI	Preço Unitário com BDI	Preço Total RS
	26.5	<b>PAREDES OU ELEMENTOS DE VEDAÇÃO</b>				13.111,23
	26.5.1	<b>DIVISÓRIAS</b>				
73862/012	26.5.1.1	Divisorias em madeira com laminado com portas de 80x210cm, incluindo bandeira de vidro e ferragens	m <sup>2</sup>	224,05	58,52	13.111,23
	26.6	<b>ESQUADRIAS</b>				50.272,53
	26.6.1	<b>PORTAS DE MADEIRA</b>				
73910/006	26.6.1.1	Porta de Madeira - PM1 - 80x210, com ferragens, conforme projeto de esquadrias	und	526,99	12,00	6.323,89

8



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

CP	26.6.1.2	Porta de Madeira - PM2 - 80x210, com visor de vidro, chapa, barra e ferragens, conforme projeto de esquadrias	und	1.329,22	17,00	22.596,80
CP	26.6.1.3	Porta de Madeira - PM3 - 80x210, com chapa, barra e ferragens, conforme projeto de esquadrias	und	783,15	4,00	3.132,60
73906/006	26.6.1.4	Porta de Madeira - PM4 - 60x210 - com veneziana e ferragens, conforme projeto de esquadrias	und	1.080,90	3,00	3.242,71
73906/003	26.6.1.5	Porta de Madeira - PM5 - 80x210, com veneziana e ferragens, conforme projeto de esquadrias	und	1.349,95	2,00	2.699,91
74139/002	26.6.1.6	Porta de abrir- Box em madeira laminado 0,60x1,60m, <b>PM-06</b> , incluso marco, dobradiças e tarjeta tipo LIVRE/OCUPADO, conforme projeto de esquadrias	und	280,70	10,00	2.807,03
74139/002	26.6.1.7	Porta de abrir- Box em madeira laminado 0,60x1,00m, <b>PM-07</b> , incluso marco, dobradiças e tarjeta tipo LIVRE/OCUPADO conforme projeto de esquadrias	und	280,70	6,00	1.684,22
74139/002	26.6.1.8	Porta de abrir- Box em madeira laminado 0,60x1,00m, <b>PM-08</b> (PNE), incluso marco, dobradiças e tarjeta tipo LIVRE/OCUPADO conforme projeto de esquadrias	und	280,70	2,00	561,41
74070/004	26.6.2	<b>FERRAGENS E ACESSÓRIOS</b>				
	26.6.2.1	Fechadura de embutir completa, para portas internas	und	91,79	38,00	3.487,96
74071/002	26.6.6	<b>PORTAS DE ALUMÍNIO</b>				
	15.6.5.1	Porta de Alumínio - PA-1, 080x210, de abrir com vidro e veneziana, conforme projeto de esquadrias	m <sup>2</sup>	444,76	8,40	3.736,01
	<b>26.10</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>14.441,83</b>
	<b>26.10.1</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO INTERNA</b>				
CP	26.10.1.3	Roda meio em madeira (largura=10cm)	m	39,26	301,30	11.827,99
79514/001	26.10.1.9	Adesivo (Retração e Amarelhinha)	m <sup>2</sup>	55,53	25,00	1.388,22
CP	26.10.1.10	Deck de madeira Plastica para apoio nos Sanitários- Chuveiros	m <sup>2</sup>	155,93	7,86	1.225,61

8





**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

	<b>26.11</b>	<b>PINTURA</b>				<b>8.088,41</b>
74065/001	26.11.1	Pintura em esmalte sintético 02 demãos em esquadrias de madeira	m <sup>2</sup>	180,76		3.382,36
73924/002	26.11.2	Pintura em esmalte sintético 02 demãos em esquadrias de ferro	m <sup>2</sup>	145,64		2.847,84
F. Serviço	26.11.3	Pintura em tinta dupla função (Primer e acabamento) para PVC	m <sup>2</sup>	98,97		1.858,22
	<b>26.12</b>	<b>INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ELETRÔNICA 127/220V</b>				<b>52.793,34</b>
	<b>26.12.1</b>	<b>CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO</b>				
74130/010	26.12.1.1	Quadro de Distribuição Geral de Baixa Tensão de sobrepor, completo, com 08 disjuntores tripolares, com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor Geral trifásico de 200A e Dispositivo de Proteção contra Surtos, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta, trinco e acessórios (QGD - conforme projeto)	un	786,54	1,00	786,54
CP	26.12.1.2	Quadro de Distribuição de sobrepor, completo, com 12 circuitos (09 disjuntores monopolares), com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor geral trifásico de 32A, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta, trinco e acessórios (QD-1 - conforme projeto)	un	161,60	1,00	161,60
CP	26.12.1.3	Quadro de Distribuição de sobrepor, completo, com 12 circuitos (11 disjuntores monopolares), com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor geral trifásico de 50A, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta, trinco e acessórios (QD-2 - conforme projeto)	un	161,60	1,00	161,60
CP	26.12.1.4	Quadro de Distribuição de sobrepor, completo, com 09 circuitos (06 disjuntores monopolares e 06 disjuntores bipolares), com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor geral trifásico de 32A, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta e trinco e acessórios (QD-3 - conforme projeto)	un	161,60	1,00	161,60

8



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CP	26.12.1.5	Quadro de Distribuição de sobrepor, completo, com 06 circuitos (4 disjuntores monopolares), com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor geral trifásico de 32A, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta e trinco e acessórios (QD-4 - conforme projeto)	un	161,60	1,00	161,60
74131/005	26.12.1.6	Quadro de Distribuição de sobrepor, completo, com 16 circuitos (14 disjuntores monopolares), com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor geral trifásico de 50A, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta e trinco e acessórios (QD-5 - conforme projeto)	un	410,53	1,00	410,53
CP	26.12.1.7	Quadro de Distribuição de sobrepor, completo, com 12 circuitos (8 disjuntores monopolares), com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor geral trifásico de 32A, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta e trinco e acessórios (QD-6 - conforme projeto)	un	161,60	1,00	161,60
CP	26.12.1.8	Quadro de Distribuição de sobrepor, completo, com 20 circuitos (18 disjuntores monopolares e um trifásico), com barramento para as fases, neutro e para proteção, disjuntor geral trifásico de 50A, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta e trinco e acessórios (QD-7 - conforme projeto)	un	391,93	1,00	391,93
CP	26.12.1.9	Quadro de comando de Motor, de sobrepor, completo, p/ 2 motores de 3/4 cv (1 de reserva) , para controle automático de nível de reservatório superior e inferior, com contatores, bases fusíveis completas com fusível, relé térmico de sobrecarga, relé de falta de fase, chaves e lâmpadas, com porta e trinco e acessórios (OCM - conforme projeto)	un	208,26	1,00	208,26
	26.12.2	<b>ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS</b>				
72311	26.12.2.1	Eletroduto Ferro Galvanizado, (DN 2"), inclusive curvas	m	36,12	6,00	216,74
CP	26.12.2.2	Caixa em Alvenaria tipo - CB-1	un	863,54	2,00	1.727,09

8



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

CP	26.12.2.3	Caixa em alvenaria tipo R-0	un	732,08	1,00	732,08
74246/001	26.12.2.4	Caixa de passagem 30x30cm em alvenaria com tampa de ferro fundido tipo leve	un	74,48	5,00	372,38
	<b>26.12.3</b>	<b>CABOS E FIOS (CONDUTORES)</b>				
		Condutor de cobre unipolar, isolamento em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com as seguintes seções nominais:				
73860/022	26.12.3.6	#35 mm <sup>2</sup>	m	22,18	500,00	11.089,66
73860/015	26.12.3.7	Cabo de cobre c/ isolamento PVC 0,6/1Kv 70 mm <sup>2</sup>	m	45,23	30,00	1.356,77
73860/016	26.12.3.8	Cabo de cobre c/ isolamento PVC 0,6/1Kv 95 mm <sup>2</sup>	m	60,11	120,00	7.213,29
73860/015	26.12.3.9	Cabo de cobre c/ isolamento PVC 0,6/1Kv 35 mm <sup>2</sup>	m	31,48	120,00	3.777,54
73860/016	26.12.3.10	Cabo de cobre c/ isolamento PVC 0,6/1Kv 16 mm <sup>2</sup>	m	11,65	30,00	349,59
	<b>26.12.4</b>	<b>ILUMINAÇÃO E TOMADAS</b>				
72339	26.12.4.1	Tomada universal, circular, 2P+T, 15A/250v, cor preta, completa	un	33,72	135,00	4.552,33
72339	26.12.4.2	Tomada universal, circular, 3P, 20A/250v, cor preta, completa	un	33,72	17,00	573,26
72331	26.12.4.3	Interruptor simples 10 A, completa	un	9,92	48,00	476,13



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

72332	26.12.4.4	Interruptor duas seções 10A por seção, completa	un	13,41	3,00	40,23
72333	26.12.4.5	Interruptor três seções 10A por seção, completa	un	33,88	2,00	67,76
72333	26.12.4.6	Interruptor Three-way 10 A, completa	un	33,88	26,00	880,93
72333	26.12.4.7	Interruptor Four-way 10 A, completa	un	33,88	1,00	33,88
73953/006	26.12.4.8	Luminárias 2x32W completa - sobrepor	un	98,53	18,00	1.773,45
CP	26.12.4.9	Luminária de piso	un	47,93	5,00	239,63
CP	26.12.4.10	Projektor com lâmpada de vapor metálico 150W	un	197,30	4,00	789,19
74041/002	26.12.4.11	Luminárias 2X32 com aletas - embutir	un	111,20	7,00	778,37
74094/001	26.12.4.12	Arandelas 60W	un	24,95	26,00	648,79
C3564	26.12.4.13	Caixa de passagem de ferro esmaltada octogonal 4x4"	un	4,47	70,00	312,94
73953/006	26.12.4.14	Luminárias 2x32W completa - embutir	un	111,20	90,00	10.007,67
73953/002	26.12.4.15	Luminárias 2x16 W completa - embutir	un	103,73	21,00	2.178,37
	<b>26.13</b>	<b>INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO</b>				<b>813,92</b>
		<b>HIDRÁULICA</b>				
75030/001	26.13.1.1	Tubo PVC soldável O 25 mm, inclusive conexões	m	14,80	55,00	813,92

8





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

	<b>26.14</b>	<b>INSTALAÇÕES DE REDE ESTRUTURADA</b>				<b>9.943,39</b>
	<b>26.14.1</b>	<b>EQUIPAMENTOS PASSIVOS</b>				
CP	26.14.1.1	Patch Panel 19" - 24 portas, Categoria 6	un	477,27	2,00	954,54
CP	26.14.1.2	Switch de 24 portas	un	512,92	1,00	512,92
CP	26.14.1.3	Bloco 110 para rack 19" 100 pares	un	110,25	1,00	110,25
CP	26.14.1.4	Guia de Cabos Frontal, fechado	un	20,93	2,00	41,86
CP	26.14.1.5	Guia de Cabos Traseiro	un	20,93	2,00	41,86
CP	26.14.1.6	Trava Path Panel	un	4,09	4,00	16,35
CP	26.14.1.7	Guia de Cabos Vertical, fechado	un	20,93	2,00	41,86
CP	26.14.1.8	Guia de Cabos Superior, fechado	un	20,93	1,00	20,93
	<b>26.14.2</b>	<b>CABOS EM PAR TRANÇADOS</b>				
CP	26.14.2.1	Cabo UTP Categoria 5e	m	3,28	1.200,00	3.938,04
73768/013	26.14.2.2	Cabo CC1 - 5 Pares	m	2,19	30,00	65,76
9298	26.14.2.3	Cabo coaxial	m	3,52	110,00	386,87
	<b>26.14.3</b>	<b>CABOS DE CONEXÃO</b>				



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CP	26.14.3.1	Cabos de conexões - Patch Cord ultra flexível com RJ 45 nas 2 pontas - 1,50 metros	un	18,02	24,00	432,44
CP	26.14.3.2	Cabos de conexões - Patch cord 110 / RJ-45 1 par - 1,50m	un	20,06	15,00	300,93
CP	26.14.3.3	Cabos de conexões - Patch Cord ultra flexível com RJ 45 em 1 pontas - 1,50 metros	un	15,54	24,00	373,00
CP	26.14.3.4	Cabos de conexões - Patch Cord ultra flexível com RJ 45 nas 2 pontas - 3,0 metros	un	21,70	24,00	520,71
	<b>26.14.4</b>	<b>TOMADAS</b>				
C4174	26.14.4.1	Tomada modular RJ-45 Categoria 6	un	27,39	24,00	657,43
CP	26.14.4.2	Conector de TV Tipo F (Coaxial)	un	1,61	6,00	9,66
	<b>26.14.5</b>	<b>CAIXAS E ACESSÓRIOS</b>				
73918/002	26.14.5.1	Caixa subterrânea em alvenaria, tipo R1,60x35x50cm, com tampão em ferro fundido, conforme detalhe de projeto	un	354,79	4,00	1.419,18
74052/003	26.14.5.4	Caixa de passagem DG - nº 2 20x20x12cm em chapa metálica	un	98,82	1,00	98,82
	<b>26.16</b>	<b>INSTALAÇÃO HIDRÁULICA</b>				<b>1.085,62</b>



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

	26.16.2	TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE FERRO GALVANIZADO				
73786/004	26.16.2.1	Tubo FG rosçável, diâmetro 1 1/2" (50 mm), inclusive conexões	m	47,16	6,00	282,94
73786/003	26.16.2.2	Tubo FG rosçável, diâmetro 1 1/4" (32 mm), inclusive conexões	m	42,46	15,00	636,96
10409	26.16.2.3	Válvula de retenção horizontal ø40mm (1 1/2")	un	82,86	2,00	165,72
	<b>26.19</b>	<b>LOUÇAS E METAIS</b>				<b>23.660,55</b>
CP	26.19.5	Assento branco linha infantil para bacia Studio kids, DECA, ou equivalente	un	125,10	12,00	1.501,21
CP	26.19.6	Assento Policster com abertura frontal Vogue Plus, linha Conforto, cor Branco Gelo, e código AP.52, DECA, ou equivalente	un	105,94	2,00	211,89
74113/001	26.19.7	Assento plástico Izy, Código AP.01, DECA	un	25,72	7,00	180,05
5018	26.19.8	Papeleira Metálica Linha Izy, código 2020 C37, DECA ou equivalente	un	233,46	21,00	4.902,63
CP	26.19.9	Ducha Higiénica com registro e derivação Izy, código 1984 C37, ACT CR, D.C.A. ou equivalente	un	199,87	4,00	799,50
6009	26.19.10	Lavatório Pequeno Ravena/Izy cor Branco Gelo, código: L.915, DECA, ou equivalente, sem coluna,(válvula, sifão e engate flexível cromados), exceto Torneira	un	158,40	8,00	1.267,21
73949/009	26.19.12	Torneira para lavatório de mesa bica baixa Izy, código 1193 C37, Decca ou equivalente	un	57,27	29,00	1.660,97



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

73947/012	26.19.13	Saboneteira Linha Excellence, código 7009, Melhoramentos ou equivalente	un	27,97	23,00	643,42
4287	26.19.14	Dispenser Toalha Linha Excellence, código 7007, Melhoramentos ou equivalente.	un	55,89	18,00	1.005,98
8492	26.19.15	Barra de apoio, Linha conforto, cor cromado, DECA ou equivalente	un	111,66	10,00	1.116,64
CP	26.19.16	Banheira Embutir em plástico tipo PVC, 77x45x20cm, Burigotto ou equivalente	un	51,58	4,00	206,31
8450	26.19.17	Torneira elétrica Maxi Torreira, LORENZETTI com Mangueira plástica para torneira elétrica, código 8010-A, LORENZETTI, ou equivalente	un	333,25	4,00	1.332,99
2023	26.19.18	Chuveiro Maxi Ducha, LORENZETTI, com Mangueira plástica/desviador para duchas elétricas, código 8010-A, LORENZETTI, ou equivalente	un	228,90	15,00	3.433,52
73949/002	26.19.19	Torneira Acabamento para registro pequeno Linha Izy, código: 4900 C37, PQ, DECA ou equivalente (para chuveiros), Deca ou equivalente	un	49,00	15,00	735,04
74146/001	26.19.20	Tanque Grande (40 l) cor Branco Cielo, código TQ.03, DECA, ou equivalente	un	241,77	2,00	483,54
73949/001	26.19.21	Torneira de parede de uso geral com arejador Izy, código 1155 C37, DECA, ou equivalente para jardim ou tanque, padrão alto	un	78,66	3,00	235,98
73949/001	26.19.22	Forneira de parede de uso geral com bico para mangueira Izy, código 1153 C37, DECA, ou equivalente	un	78,66	10,00	786,62





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

73949/008	26.19.25	Torneira para cozinha de mesa bica móvel Izy, código 1167/C37, DECA, ou equivalente	un	208,57	13,00	2.711,38
7711	26.19.26	Torneira elétrica Lorenzasy, LORENZETTI ou equivalente	un	445,68	1,00	445,68
	<b>26.20</b>	<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)</b>				<b>5.443,07</b>
	<b>26.20.1</b>	<b>CAPTAÇÃO</b>				
68070	26.20.1.1	Para-raios tipo Franklin em aço inox 3 pontas em haste de 3 m. x 1 1/2" tipo simples	m	42,27	1,00	42,27
CP	26.20.1.2	Conector mini-gar em bronze estanhado Tcd-583	un	8,64	26,00	224,74
CP	26.20.1.5	Caixa de equalização de potências 200x200mm em aço com barramento Espessura 6 mm	un	230,33	1,00	230,33
68069	26.20.1.6	Haste tipo cooperweld 5/8" x 3,00m.	un	41,73	12,00	500,80
72930	26.20.1.7	Cordoalha de cobre nu 50 mm <sup>2</sup>	m	43,79	50,00	2.189,45
74052/002	26.20.1.8	Caixa de inspeção em concreto 30x30x30 com tampa	un	159,95	2,00	319,90
	26.20.1.9	Tampão em ferro fundido T 16	un	173,19	5,00	865,93
72263	26.20.1.10	Conector de bronze para haste de 5/8" e cabo de 50 mm <sup>2</sup>	un	16,24	16,00	259,76
72271	26.20.1.11	Conector / clipe estanhado 3/4"	un	8,10	100,00	809,90

8



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

	<b>26.21</b>	<b>INSTALAÇÃO DE GÁS - GLP</b>						<b>2.628,52</b>
CP	26.21.1	Central de GLP Botijões P45	un	600,61	2,00			1.201,23
73976/003	26.21.2	Tubo de Ferro Galvanizado Ø 3/4", inclusive conexões	m	24,74	3,00			74,23
73976/002	26.21.3	Tubo de Ferro Galvanizado Ø 1/2", inclusive conexões	m	14,61	6,00			87,68
73976/004	26.21.4	Tubo de Ferro Galvanizado Ø 1", inclusive conexões	m	52,06	12,00			624,74
CP	26.21.5	Fita anticorrosiva	m	11,95	25,00			298,76
CP	26.21.6	Válvula esfera Ø 3/4" NPT 300	un	105,94	2,00			211,89
CP	26.21.7	Registro 1º Estágio c/ manômetro	un	61,30	1,00			61,30
CP	26.21.8	Registro 2º Estágio c/ registro	un	68,71	1,00			68,71
	<b>26.22</b>	<b>PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO-EXTINTORES</b>						<b>17.362,38</b>
73775/001	26.22.1	Extintor PQS - 6KG	un	176,21	9,00			1.585,88
72554	26.22.2	Extintor Gas Carbonico - 6KG	un	847,67	2,00			1.695,34
CP	26.22.3	Luminária de emergência de 31 Leds autonomia mínima de 1 hora	un	504,53	24,00			12.108,65
CP	26.22.4	Marcação no Piso - 1 x 1m para extintor	un	41,97	11,00			461,65
CP	26.22.5	Placa de sinalização em pvc cod 12 - (316x158) Saída de emergência	un	41,97	7,00			293,78



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

CP	26.22.6	Placa de sinalização em pvc cod 13 - (316x158) Saída de emergência	un	41,97	4,00	167,87
CP	26.22.7	Placa de sinalização em pvc cod 17 - (316x158) Mensagem "Saída"	un	41,97	14,00	587,56
CP	26.22.8	Placa de sinalização em pvc cod 23 - (300x300) Extintor de Incêndio	un	41,97	11,00	461,65
	<b>26.23</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>				<b>29.681,50</b>
74195/001	26.23.1	Barra de apoio sob esquadrias	m	290,81	27,96	8.130,99
CP	26.23.2	Mastros para bandeiras em tubo ferro galvanizado telescópico (alt=7m (3m <sup>2</sup> + 4m 1/2"))	un	1.283,95	3,00	3.851,85
74126/001	26.23.3	Bancada em granito cinza andorinha - espessura 2cm, conforme projeto	m <sup>2</sup>	149,29	53,84	8.037,57
74126/001	26.23.4	Prateleira em MDF	m <sup>2</sup>	207,06	33,17	6.868,02
74126/001	26.23.5	Escaninhos em MDF	m <sup>2</sup>	166,16	16,81	2.793,07
	<b>26.24</b>	<b>SERVIÇOS FINAIS</b>				<b>1.858,32</b>
9537	26.21.1	Limpeza final da obra	m <sup>2</sup>	1,45	1.282,57	1.858,32
	<b>30</b>	<b>MURO</b>				<b>43.674,31</b>



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

73932/001	30.1	Gradil fixo tipo belgo ou equivalente 180 X1.00m . conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m <sup>2</sup>	242.64	180,00	43.674,31
	<b>31</b>	<b>PSG - Paisagismo</b>				<b>9.320,85</b>
74236/001	31.1	(grama - fornecimento e plantio (inclusive camada de terra vegetal - 3,0 cm)	m <sup>2</sup>	10,50	887,70	9.320,85
<b>TOTAIS GERAL</b>						
						<b>284.179,78</b>

8





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ANEXO II (CONTINUAÇÃO)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

DESCRIÇÃO	VALOR	MESES	
		1º Mês	2º Mês
PAREDES OU ELEMENTOS DE VEDAÇÃO	R\$ 3.111,23		100,00%
ESQUADRIAS	R\$ 50.272,53	R\$	13.111,23
		50,00%	50,00%
PAVIMENTAÇÃO	R\$ 14.441,83	R\$	25.136,27
		50,00%	50,00%
PINTURA	R\$ 8.088,41	R\$	7.220,92
		50,00%	100,00%
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ELETRÔNICA 127/220V	R\$ 52.793,34	R\$	8.088,41
		50,00%	50,00%
INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO	R\$ 813,92	R\$	26.396,67
		100,00%	26.396,67

8



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

	R\$ 9.943,39	R\$ 813,92	50,00%		50,00%
INSTALAÇÕES DE REDE ESTRUTURADA				R\$ 4.971,70	4.971,70
	R\$ 1.085,62		100,00%		
INSTALAÇÃO HIDRÁULICA		R\$ 1.085,62	100,00%		
	R\$ 23.660,55		100,00%		
LOUÇAS E METAIS		R\$ 23.660,55	100,00%		
	R\$ 5.443,07		100,00%		
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)		R\$ 5.443,07	100,00%		
	R\$ 2.628,52		100,00%		
INSTALAÇÃO DE GÁS - GLP		R\$ 2.628,52	100,00%		
	R\$ 17.362,38				100,00%
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO- EXTINTORES				R\$ 17.362,38	
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 29.681,50		50,00%		50,00%



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

	R\$ 14.840,75	R\$ 14.840,75	R\$ 14.840,75	100,00%
SERVIÇOS FINAIS	R\$ 1.858,32			
			R\$ 1.858,32	
MURO	R\$ 43.674,31	100,00%		
	R\$ 9.320,87	100,00%		
PAISAGISMO				
	R\$ 284.179,79		R\$ 118.986,64	
			R\$ 284.179,79	

Obs.: Os Projetos **PROJETOS (Plantas) e Memorial Descritivo**, Deverão ser solicitados GRATUITAMENTE através do e-mail: [licitacao@patos.pb.gov.br](mailto:licitacao@patos.pb.gov.br) ou na sala da Comissão Permanente de Licitações devido ao grande volume de dados.

Trazer CD-R/RW, PEN-DRIVE OU HD EXTERNO



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 025/2018  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 04.009/2018  
DO TIPO: MENOR PREÇO  
TERMO DE CONTRATO N.: \_\_\_\_/2018

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS-  
PB, E A EMPRESA .....

PREÂMBULO:

DOS CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE PATOS, Estado de Paraíba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 9.084.815/0001-70, com endereço a A. Epitácio Pessoa, nº 91 - Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, - \_\_\_\_\_, na cidade de Patos - PB, inscrito na Cédula de Identidade RG sob o nº \_\_\_\_\_ SSP/PB e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa: \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr: \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, denominada simplesmente **CONTRATADA**.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Patos, aos ..... dias do mês de ..... de 2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente adjudicação decorre da Tomada de Preços Pública nº 04.001/2018, realizada em ...../...../....., na forma da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e homologação do Sr. Prefeito Municipal, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-o, no que for omissivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO E ESPECIFICAÇÃO

1.1. Constitui o objeto deste contrato a Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente à Obra de Conclusão de uma Creche Proinfância - Tipo B, localizada no Loteamento Geralda Medeiros - Patos / PB, conforme os Memoriais, Planilhas e Projetos, anexo ao Processo Administrativo Nº 025/2018.

Parágrafo Primeiro

Faz parte integrante desse contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- a) O projeto base, memorial descritivo, planilha orçamentária, Proposta da **CONTRATADA**, os Termos de Adjudicação e Homologação levados a efeito pelo Prefeito Municipal;

**Parágrafo Segundo** Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da **CONTRATADA** e as expressas neste contrato, prevalecerá as deste último.

**Parágrafo Terceiro** O serviços e os prazos referente a este contrato iniciarão a partir do momento da emissão da Ordem de Serviço, sendo que a execução devesse se iniciar no prazo de até 10 (dez) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Os serviços necessários discriminados na cláusula anterior deverão ser executados em Patos, e a **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à execução da obra contratada, obedecendo rigorosamente à especificação técnica do projeto, memorial descritivo inclusive o transporte deste até o local da obra.

**Parágrafo Primeiro** A contratada deverá, inicialmente, afixar no canteiro de serviços placas alusivas às obras, com dimensões, dizeres e símbolos a serem determinados pela Prefeitura Municipal de Patos.

**Parágrafo Segundo** A contratada se obriga a executar as obras empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade, obedecendo, rigorosamente, aos projetos de engenharia que lhe forem fornecidos pela Contratante e às modificações propostas e aprovadas pela Contratante durante a execução dos serviços.

**Parágrafo Terceiro** Poderá a Contratante, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o mesmo caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Quarto** Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, poderá ser feita pela Contratada, podendo, entretanto, a Contratante determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que justificadas e correspondentes a um dos itens abaixo:

- a) Aumento ou diminuição da quantidade de qualquer trabalho previsto no contrato;
- b) Alteração dos níveis, alinhamentos de posição e dimensões de qualquer parte desses trabalhos;
- c) Suspensão da natureza de tais trabalhos;
- d) Execução de trabalho adicional, de qualquer espécie, indispensável à conclusão dos serviços contratados;

**Parágrafo Quinto** Qualquer alteração, modificação, acréscimos ou reduções que impliquem alteração do projeto da obra, deverão ser justificados e autorizados, sempre por escrito, pela Prefeitura Municipal de Patos.

**Parágrafo Sexto** Ao término dos serviços deverá ser procedido à limpeza do canteiro da obra.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA DA EXECUÇÃO**

3.1. A **CONTRATANTE** procederá à vistoria dos serviços executados pelo seu Departamento de Engenharia a qualquer tempo principalmente quanto ao pagamento das medições, sendo de responsabilidade a vistoria, constatação de regularidade na execução dos serviços e emissão de autorização para pagamento deste Departamento de Engenharia por meio de seu engenheiro.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO**

4.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela obra e serviços contratados e efetivamente executados, mencionados na Cláusula Primeira deste contrato, o preço global estimado de **RS** ..... (.....).

**Parágrafo Primeiro**

Fica expressamente estabelecido que no preço global citado nesta cláusula estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos e benefícios da **CONTRATADA**, requeridos para a execução das obras e serviços previstos na Cláusula Segunda deste contrato, tudo em consonância com as especificações e demais documentos do processo administrativo e com a Proposta da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Segundo**

Nos preços relacionados na Planilha de Quantitativos e Preços estão inclusas, ainda, as taxas do BDI e encargos sociais para a execução das obras e serviços.

**Parágrafo Terceiro**

Os serviços poderão ser acrescidos ou suprimidos, a critério da **CONTRATANTE**, nas mesmas condições contratuais, nos limites estabelecidos pelo art. 65, da Lei 8666/93, sempre precedido da indispensável justificativa técnica, e respeitando o limite do valor de contratação para contrato de dispensa de licitação.

**Parágrafo Quarto**

As alterações de serviços serão efetivadas através do competente Termo Aditivo após apresentação da proposta para realização das alterações, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Os serviços, cujos preços constarem da proposta inicial, inclusive o BDI, serão acertados pelos seus valores históricos.
  - I. Para efeito de reajustamento, a periodicidade obedecerá à data base correspondente à data de apresentação da proposta por época de abertura da licitação.
- b) Os serviços, cujos preços não constarem da proposta primitiva, serão acertados com base em nova proposta ficando o seu valor global limitado ao valor do custo orçado pela **CONTRATANTE** para os mesmos serviços, calculado através da Tabela de Preços vigente nesta época, adotando-se o BDI real obtido através do resultado da divisão entre o valor da proposta segundo a qual a **CONTRATADA** sagrou-se vencedora do certame e o custo orçado pela **CONTRATANTE**, baseado na Tabela vigente na época de abertura da licitação.
  - I. Para efeito de reajustamento, a periodicidade terá como data base a data da assinatura do Termo Aditivo.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento do valor estabelecido na cláusula anterior será efetuado de acordo com o Boletim de Medição, Laudo do Departamento de Engenharia, Nota Fiscal, sob o acompanhamento do Departamento de Engenharia e o atesto, em até, no máximo em 30 dias da apresentação da respectiva Nota Fiscal.

- Parágrafo Primeiro** Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária efetuado pela Tesouraria Geral da **CONTRATANTE**, em Patos-PB.
- Parágrafo Segundo** Os serviços relacionados na Planilha de Quantitativos e Preços, apresentada pela Contratada, serão pagos após medições parciais, mensais e finais. Os quantitativos desses serviços constantes da planilha supracitada serão considerados apenas como estimativos, prevalecendo às quantidades efetivamente apuradas.
- Parágrafo Terceiro** A **CONTRATANTE** somente pagará à **CONTRATADA** as notas fiscais vinculadas às medições de serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição, e aos preços unitários constantes deste contrato.
- Parágrafo Quarto** As notas fiscais relativas às medições de serviços serão obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição, que deverão conter o visto e a aprovação da fiscalização da **CONTRATANTE**;
- Parágrafo Quinto** O faturamento deverá ser apresentado com os documentos conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:
- a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com a medição efetuada, número do Processo Administrativo e nº do Ato Dispensa de licitação, número do Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas;
  - b) atestado de medição e aceitação dos serviços concluídos, emitidos pela fiscalização da **CONTRATANTE**;
  - c) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social-GRPS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;
  - d) cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;
  - e) Se a contratada for optante pelo **SIMPLES** - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte deverá apresentar as cópias do Termo de Opção, do DARF-SIMPLES e da GPS com o número do CEI da obra.
  - f) a liberação da primeira parcela fica ainda condicionada à quitação junto ao:
    - I. CREA/ESTADO DA PARAÍBA, através da ART;
    - II. INSS, através de matrícula da obra; e



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

III. FGTS/CAIXA, através do CRS.

- Parágrafo Sexto** Na hipótese da contratada não cumprir o disposto em "c", "d", "e" e "f", ou for apurada alguma divergência nos documentos apresentados, a Prefeitura Municipal de Patos reterá o percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços constante da nota fiscal, de acordo com o art. 31 da Lei nº 9.711, de 20.11.98.
- Parágrafo Sétimo** Para o pagamento da 1ª fatura, a contratada deverá, além dos documentos enumerados anteriormente, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) referentes aos serviços contratados.
- Parágrafo Oitavo** Não haverá pagamento, sob qualquer alegação ou pretexto, de equipamento ou de pessoal paralisado.
- Parágrafo Nono** A CONTRATANTE não efetuará adiantamentos financeiros relativos a serviços e/ou obras objeto deste contrato, executado parcialmente ou a executar.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTAMENTO**

**Parágrafo primeiro** - A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira será reajustável com periodicidade anual de 12 meses, tomando-se por base a data de apresentação das propostas.

**Parágrafo segundo** - Após o prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) - Obras Cíveis, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor de reajustamento

I<sub>1</sub> = Índice do 12º mês após a apresentação das propostas

I<sub>0</sub> = Índice do mês de apresentação das propostas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

- a) caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

**Parágrafo terceiro** - Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados, no prazo contratual das obras e/ou serviços.

**Parágrafo quarto** - As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alterada, caso ocorra à superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

7.1. A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recursos das seguintes dotações orçamentária, do vigente orçamento:

Unidade Orçamentária: 02.090 - Secretaria de Educação  
Classificação Funcional: 12 361 1023 1020  
Elemento de Despesa: 4490.51

Vinculado ao Contrato de Repasse: PAC 5632/2013.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1. O prazo para execução da obra é de 60 (Sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo este prazo ser prorrogado segundo entendimento das partes.

- Parágrafo Primeiro** As condições de aceitação das obras e serviços deverão estar de acordo com o projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, juntamente com a devida fiscalização do Engenheiro Fiscal da obra.
- Parágrafo Segundo** A concessão de prorrogação de prazo dependerá de prévia solicitação da **CONTRATADA**, por escrito, até 10 (dez) dias antes de se esgotarem os prazos estabelecidos.
- Parágrafo Terceiro** Enquanto a **CONTRATANTE** não se pronunciar, por escrito, a **CONTRATADA** deverá considerar em vigor o prazo. A prorrogação, quando admitida, se processará mediante termo aditivo, precedido de indispensável justificativa técnica.
- Parágrafo Quarto** Não será considerado como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de comprovada força maior, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pela **CONTRATANTE**.
- Parágrafo Quinto** A fiscalização da **CONTRATANTE**, ao considerar as obras e/ou serviços parcial ou totalmente concluídos, executará as seguintes atividades:
- Verificará a compatibilidade das obras e serviços com o disposto neste contrato;
  - Determinará à **CONTRATADA** a correção de quaisquer defeitos ou imperfeições constatados;
  - Proporá sua aceitação provisória ou definitiva e a liberação das respectivas medições; e,
  - Providenciará a elaboração do termo de recebimento, provisório ou definitivo, conforme o caso.
- Parágrafo Sexto** Para recebimento definitivo, a **CONTRATADA** deverá apresentar um original e 03 (três) cópias do cadastro geral das obras executadas, compreendendo plantas e memoriais descritivos e de cálculos, nos quais constará minuciosa discriminação de todos os serviços executados.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

**Parágrafo Sétimo** Aceitas as obras e os serviços, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei.

8.2. A vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, com início em até 10 (dez) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço expedida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**Parágrafo Primeiro** A Contratada só poderá pedir prorrogação de prazo, quando se verificar a interrupção do trabalho, determinado por:

- a) Fatos da administração do Contratante;
- b) Força maior (greves, tumultos, epidemias, furacões, tempestades e quaisquer outras ocorrências similares).

**Parágrafo Segundo** A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do Art. 55, do mesmo diploma legal

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato poderá ser alterado:

9.1.1. Unilateralmente, pelo Município, quando: "for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)".

9.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

- a) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- b) For necessária a modificação do regime de entrega;
- c) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
- d) Por motivos de força maior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, garantindo-se-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Patos e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos.
- c) Rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer momento, por inadimplência de qualquer das partes contratantes, recebendo a **CONTRATADA** o valor dos serviços necessários efetivamente



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

entregues até a data da rescisão, ou em virtude de ocorrência de algum dos motivos elencados no art. 77 à 80 da Lei n.º 8666/93, inclusive sem direito a indenizações e rescindindo de forma unilateral.

**Parágrafo Primeiro**

A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de rescindir ou revogar no todo ou em parte, de pleno direito, este contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;
- b) A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Patos;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da contratante;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da **CONTRATADA** de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimento irregular da **CONTRATADA**, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Patos e/ou terceiros.
- f) Falência, concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
- g) Atraso e/ou interrupção, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, superior a 30 (trinta) dias corridos, com relação ao prazo total para a conclusão das obras e/ou serviços;
- h) O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à **CONTRATADA**;
- i) Descumprimento, pela **CONTRATADA**, das determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**;
- j) Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pela **CONTRATANTE**;
- k) Caução ou utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- l) Outros, conforme previsto no art. 78, da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas últimas modificações.

**Parágrafo Segundo**

A rescisão do contrato ocorrerá unilateralmente por interesse da Prefeitura Municipal de Patos, e ou fundamentada no artigo 78 da lei 8.666/93, o que acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Patos, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- b) Responsabilização da **CONTRATADA** por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Patos.

**Parágrafo Terceiro**

No caso de rescisão por parte da **CONTRATADA** deverá esta notificar à Prefeitura Municipal de Patos num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**Parágrafo Quarto** O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, ficando assegurado à contratada o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.

**Parágrafo Quinto** Declarada a rescisão, seja amigável ou judicial, será elaborada num prazo de 10 (dez) dias um inventário relacionando tudo o que estiver no canteiro de obras, indicando seus respectivos proprietários, o qual servirá de base para os possíveis ajustes na liquidação dos interesses das partes contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DAS OBRAS**

**12.1.** A CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, as obras contratadas. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada das obras e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

**Parágrafo único** - Se a suspensão das obras vier a impor-se como definitiva, este contrato será rescindida, na forma estabelecida na cláusula nona.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS FALHAS OU OMISSÕES DAS ESPECIFICAÇÕES**

**13.1.** Quaisquer requisitos indicados nos desenhos, e que não constem das especificações, ou vice-versa, ou não indicados em ambos, porém necessários ao cumprimento da finalidade deste contrato, deverão ser cumpridos pela CONTRATADA tal como se houvessem sido estipulados e indicados tanto nos desenhos quanto nas especificações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MULTA**

**14.1.** Caso a CONTRATADA não cumpra as condições de execução declarada em sua Proposta aprovada pela CONTRATANTE, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo da ação civil e criminal que couber, e garantido ainda a prévia defesa:

**Parágrafo Primeiro** Multas pecuniárias por atraso injustificado na execução da obra :

- a) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor contratual:
  - I. Por dia de atraso no início da execução dos serviços;
  - II. Por dia consecutivo que exceder a data prevista para conclusão das obras;
  - III. Por dia consecutivo de atraso na colocação da placa da obra;

**Parágrafo Segundo** Multa de 1% (um por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir quaisquer das demais obrigações contratuais que não gere inexecução do contrato;

**Parágrafo Terceiro** pela inexecução total ou parcial do contrato: além da aplicação das multas previstas anteriormente, poderá a Prefeitura Municipal de Patos, garantida prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicarmos, à contratada, as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- b) Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Patos por até 2 (dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à Prefeitura Municipal de Patos;

**Parágrafo Quarto** As multas e demais penalidades, aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo.

**Parágrafo Quinto** A multa será cobrada pela contratante de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**15.1.** A **CONTRATANTE** deverá prestar à **CONTRATADA** todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**16.1.** É obrigação de a **CONTRATADA** executar a obra e os serviços, obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos, projetos, desenhos, detalhes, instruções fornecidas pela Prefeitura Municipal de Patos e condições gerais e específicas do Processo Administrativo nº 025/2018.

**Parágrafo Primeiro** Constitui obrigações de a **CONTRATADA** providenciar as instalações de canteiro, as instalações provisórias de energia elétrica, de água, esgotos e de comunicação necessárias à execução das obras, bem como os testes dos equipamentos por ela instalados.

**Parágrafo Segundo** A **CONTRATADA** deverá instalar manter e operar o canteiro de obras, procederem à desmontagem de todas as construções provisórias ao final das obras e/ou serviços e entregá-las a **CONTRATANTE**, bem como executar a limpeza e remoção de todo o material que esta julgar indesejável.

**Parágrafo Terceiro** A **CONTRATADA** se obriga a reforçar o seu parque de equipamentos, quando necessária para recuperação de atraso existente, ou quando constatada a sua inadequação, e, ainda, a substituí-lo por defeitos ou más condições de operações, não importando tais procedimentos em ônus para a **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** Eventuais anormalidades que a **CONTRATADA** apure terem ocorrido no projeto, na execução das obras e/ou serviços e que possam comprometer a sua qualidade, deverão ser comunicadas por escrito à **CONTRATANTE**, sem prejuízo de sua responsabilidade.

**Parágrafo Quinto** Nenhuma alteração das especificações de materiais e/ou serviços poderá ser feita sem a prévia aprovação, por escrito, da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Sexto** A **CONTRATADA** responderá, obrigatoriamente, entre outros, por todos os encargos referentes a direitos autorais sobre projetos, desenhos, processos



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

construtivos e patentes sujeitas a "royalties" ou outros encargos semelhantes, por ela usados durante o desenvolvimento dos trabalhos.

**Parágrafo Sétimo**

O pessoal alocado pela **CONTRATADA** para prover os seus serviços deverá ser adequado e capacitado, em todos os níveis de trabalho.

**Parágrafo Oitavo**

A **CONTRATADA**, como única empregadora do seu pessoal, se compromete a segurá-lo contra riscos de acidentes de trabalho e a observar rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e de previdência ou correlatas, em vigor no país, sendo a única responsável pelas infrações que o seu pessoal cometer.

**Parágrafo Nono**

A **CONTRATADA** se obriga, também, a:

- a) Providenciar a instalação de placas exigidas por lei, alusivas ao responsável técnico, e nas demais placas porventura exigidas, fazer constar o nome das entidades co-financiadoras da obra;
- b) Executar todas as obras com as devidas precauções, objetivando evitar danos a terceiros, bem como à obra e serviços em execução;
- c) A **CONTRATADA** deverá ter no seu quadro de pessoal, no mínimo, um técnico de segurança do trabalho, para que fiscalize e faça cumprir, diariamente, o que dispõe a Lei federal nº 6.514/77, NR-4, inclusive o Quadro 2;
- d) Fica reservado à **CONTRATANTE** o direito de embargar e interditar a obra/serviços, caso a **CONTRATADA** descumpra as exigências contidas na Lei federal nº 6.514/77, ficando esta sujeita às multas provenientes de quaisquer autuações, sendo a **CONTRATADA** a única responsável civil e penalmente pelo descumprimento de tais normas.
- e) Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Fazer obedecer às exigências do item 16. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, deste processo administrativo.

**Parágrafo Décimo**

A **CONTRATADA** se compromete a ressarcir os danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** e às pessoas e bens de terceiros, ainda que ocasionados por ação ou omissão do seu pessoal ou de prepostos.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Cabe exclusivamente à **CONTRATADA** responsabilizar-se, civil e tecnicamente, pelas obras e serviços decorrentes deste contrato, perante a **CONTRATANTE** e a terceiros, abrangendo erros, omissões, negligência, imperícia e imprudência cometidos por seus empregados e/ou prepostos, na forma do que dispõe o Código Civil Brasileiro.

**Parágrafo Décimo Segundo**

Caberá ainda à **CONTRATADA** o fornecimento e a manutenção de um Diário de Obras, permanentemente disponível e atualizado, no local, para lançamento. Serão obrigatórios, dentre outros, os seguintes registros:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

---

- a) **PELA CONTRATADA:** condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos, falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência, consultas à fiscalização da **CONTRATANTE**, datas de conclusão das etapas caracterizadas no cronograma aprovado, acidentes ocorridos, respostas às interpelações da fiscalização, eventual escassez de material que dificulte a execução das obras e serviços etc.;
- b) **PELA FISCALIZAÇÃO:** juízo formado sobre o andamento das obras e serviços, tudo em função do cumprimento do projeto, especificações e prazos, observações sobre os lançamentos da **CONTRATADA**, solução às suas consultas, restrições que lhes pareçam cabíveis quanto ao andamento das obras e o desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e equipes, etc.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

17.1. O critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Patos, poderá a Contratada durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Patos. A Contratada, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, rescindir os respectivos ajustes.

17.2. Em razão de eventual autorização por parte da **CONTRATANTE**, que permita a Subcontratação de empresa para realizar partes dos serviços, estes serviços deverão ser detalhados previamente, bem como a empresa subcontratada, deverá comprovar perante a **CONTRATANTE**, que encontra-se regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, bem como deve comprovar ainda, através de Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, que já realizou o serviço ajustado, com satisfação, sendo vedado a apresentação de Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, emitido em próprio nome.

17.3. Os comprovantes acima solicitados, serão obrigatoriamente, anexados ao Livro/Diário de Fiscalização da Obra, bem como rubricados pelo Fiscal da Obra.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS TRIBUTOS**

18.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou encargos legais), de comprovada repercussão nos preços ora contratados, impossibilitando a execução deste contrato, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS QUESTÕES DIVERSAS**

19.1. O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei 8666/93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações;

19.2. A **CONTRATADA** reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Processo Administrativo nº 025/2018.

19.3. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

19.4. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços necessários na forma da proposta aqui contratada, observando fielmente o qualitativo e o valor das requisições;

19.5. A CONTRATADA se obriga a ter a pronta entrega os serviços necessários solicitados;

19.6. A CONTRATADA se obriga a apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes às requisições, em tempo de serem processadas;

19.7. A CONTRATADA se obriga a atender de imediato a empreitada aqui contratada e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.

19.8. A CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, as obras contratadas. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada das obras e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS**

20.1. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 8.666, de 21 de Agosto de 1993 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

21.1. A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Patos, Estado de Paraíba, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o FORO de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.2. Aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Patos - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Prefeitura Municipal de Patos  
DINALDO M. WANDERLEY FILHO  
Prefeito Municipal  
Contratante

Empresa \_\_\_\_\_  
Responsável: \_\_\_\_\_  
Representante Legal  
Contratada

Secretaria Municipal de Infraestrutura  
#####  
Secretário(a)

Comissão Permanente de Licitação - CPL  
#####  
Assessor Jurídico  
Advogado - OAB nº \_\_\_\_\_

**Testemunhas:**





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

---

1º: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2º: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_